

# LUGARES DO COMUM

GUIA DE AVALIAÇÃO  
E INTERPRETAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO



# **LUGARES DO COMUM**

## **GUIA DE AVALIAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

PUBLICAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO PSSS – VALOR DE SERVIÇO DO ESPAÇO PÚBLICO COMO SISTEMA URBANO. UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INTEGRADA.

ANA BRANDÃO E PEDRO BRANDÃO (COORDENAÇÃO)

## FICHA TÉCNICA

**TÍTULO LUGARES DO COMUM** Guia de avaliação e interpretação do espaço público

**COORDENAÇÃO** Ana Brandão e Pedro Brandão

**EDIÇÃO IST-ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento**

Edição não comercial, disponível como ebook em <http://psss.tecnico.ulisboa.pt/>.

---

**PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS** (discussão metodológica, redacção, orientação de alunos, casos de estudo e trabalho de campo) Ana Brandão, Ana Ferreira, Antoni Remesar, Filipe Moura, Jorge Baptista e Silva, Jorge Gonçalves, Margarida Pereira, Maria do Rosário Partidário, Nuno Travasso, Núria Ricart, Pedro Brandão, Rita Negrão, Sofia Águas, Teresa Prudêncio

**REDACÇÃO FINAL** Ana Brandão, Ana Ferreira, Pedro Brandão, Teresa Prudêncio

Os créditos das imagens, salvo referência em contrário, são partilhados pela equipa de produção de conteúdos.

Outras fotografias, quando assinalado Abdon Dantas (AD), Ana Bragança (ACB), Filipe Jorge (FJ), Maria Matos Silva (MMS), Rodrigo Pereira (RP), Saúl Carvalho (SC)

**FOTOGRAFIA DE CAPA** Ana Brandão

---

**DESIGN GRÁFICO** Lígia Pinto

**REVISÃO** Cristina Meneses

**IMPRESSÃO** Rainho & Neves, Lda.

**ISBN** 978-989-20-8784-9

**DEPÓSITO LEGAL** 445334/18

**TIRAGEM** 200 exemplares

---

Copyright **Direitos reservados dos autores.**

Reprodução autorizada, desde que seja referenciada a fonte e autoria do texto e das imagens.

Setembro de 2018

Esta edição é uma realização financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto “PTDC/ECM-URB/2162/2014, 2016–2018: PSSS – Valor de Serviço do Espaço Público como Sistema Urbano. Uma metodologia de avaliação integrada.”

Por decisão pessoal, os autores não escrevem segundo o Acordo Ortográfico de 1990.

## ÍNDICE

<b>PARA QUE SERVE E DE QUE DEPENDE O ESPAÇO PÚBLICO?</b>	
<b>– UMA INTERPRETAÇÃO REFLEXIVA E OPERATIVA</b>	<b>4</b>
A genealogia do modo de pensar	6
Fundamento, objectivo e método PSSS	7
<hr/>	
<b>QUESTÕES DE PESQUISA</b>	<b>9</b>
Como se interpreta o espaço público hoje?	9
A urbanidade: um sistema de sistemas	10
O serviço do espaço público como serviço público do espaço	12
Valor ou valores: o que é valorizado no espaço público?	14
Actores e interesses no espaço público – muitos e diferentes	16
Porque é que a avaliação do espaço público é interpretativa?	18
O que é interpretar um sistema de espaço público?	20
<hr/>	
<b>CASOS DE ESTUDO</b>	
<b>– APRESENTAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO EMPÍRICA</b>	<b>21</b>
<hr/>	
<b>GUIA DE AVALIAÇÃO E INTERPRETAÇÃO</b>	
<b>– O QUE É E COMO FUNCIONA O MÉTODO PSSS</b>	<b>29</b>
Roteiro: como usar o PSSS	30
Ponto de partida – Estruturação	32
Desenvolvimento da avaliação	
1. Identificação do sistema	34
2. Identificação do serviço	38
3. Identificação de actores	44
4. Identificação do valor	48
5. Análise	52
Síntese – Reflexão	56
<i>Follow-up</i> – Estratégia	58
Produzindo espaços públicos com valor	60
<hr/>	
<b>REFERÊNCIAS DO PSSS</b>	<b>63</b>
Realizações do projecto	63
Epistemologia e episódios nas fontes do espaço público	66
Bibliografia	69
Ficha do projecto	70



RP

Este guia de avaliação e interpretação do espaço público foi desenvolvido por uma equipa interdisciplinar das universidades de Lisboa, Porto e Barcelona, no âmbito do projecto de investigação “Valor de serviço do espaço público como sistema urbano – PSSS (*Public Space’s Service System*)”.

A sua inovação central é procurar ir além das actuais práticas estabelecidas e noções dominantes na avaliação do espaço público, propondo novos conceitos e ferramentas para identificar os seus problemas sistémicos e desenvolver o seu potencial de serviço.

A aplicação prática do método PSSS de avaliação e interpretação do espaço público, enquanto sistema que proporciona benefícios porque presta serviços à cidade e aos seus utilizadores, é exemplificada a partir de vários casos de estudo desenvolvidos ao longo da investigação.

O investimento no espaço público tem crescido em muitas cidades nas últimas décadas, ganhando destaque nas políticas públicas e também nas actividades quotidianas dos seus utilizadores. Este maior protagonismo levanta, no entanto, algumas questões:



# PARA QUE SERVE E DE QUE DEPENDE O ESPAÇO PÚBLICO?

– UMA INTERPRETAÇÃO  
REFLEXIVA E OPERATIVA

- O reconhecimento generalizado da sua importância, na diversidade de tipos e usos do espaço, evidencia-o como espaço da coesão e da equidade?
- Estamos perante um salto conceptual, para novas noções e princípios ou estamos com déficit de critérios de interpretação para fundamentar avaliações e decisões?
- Quais são os problemas, equívocos ou falhas do espaço público que originam desperdício, menor retorno do resultado final ou desvalor da urbanidade?
- O espaço público conta mais numa função de embelezamento associada ao lazer, requinte ou sofisticação, do que numa produção e organização da urbanidade?

A própria noção de espaço público não é unidimensional, pois nela se misturam e articulam conceitos e ainda porque os próprios espaços oferecem muitos outros serviços para além da funcionalidade imediata: é nesse mesmo espaço que interagem todas as formas de vida urbana.

**A multidimensionalidade do espaço público é um factor de complexidade que reclama melhor interpretação.**

## A GENEALOGIA DO MODO DE PENSAR

A teoria do espaço público, no quadro da prática do Desenho Urbano, tem história recente também em Portugal mas, tanto no plano teórico como na prática dos seus pioneiros, as referências exemplares perduram.

Na segunda metade do século XX, Gonçalo Ribeiro Telles deu notoriedade à noção (e à acção operativa) da “paisagem cultural integrada” com resultados reconhecidos, como na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa.

Nuno Portas fixou, em artigos memoráveis (entre eles Portas, 1998; Portas *et al.*, 2007; Portas *et al.*, 2011), os princípios e etapas do projecto urbano: acções de regeneração dos centros históricos (casos do Porto e de Guimarães); projectos de novas centralidades, baseadas na infra-estruturação ou na visibilidade de eventos (como a Expo'98 de Lisboa); iniciativas de disseminação do espaço público (como os programas PROCOM, URBAN, POLIS); e novas fases de acção de integração interdisciplinar, em apoio da prática, da qual participamos com este projecto.

Em 2002, o Centro Português de Design publicava um guia de desenho urbano, *O Chão da Cidade*, origem já longínqua do presente trabalho, integrando perspectivas emergentes: “A resolução dos problemas urbanos requer hoje uma acção mais sistémica e integrada (...) ao ponto em que cada vez se torna mais evidente a necessidade de começar o desenho da cidade pelo desenho do espaço público – em vez de nele o terminar”. Na sequência, a Direcção-Geral do Território editaria, em 2008, *A Identidade dos Lugares e a sua Representação Colectiva*, ampliando os tipos de espaço público aos mais interactivos, intangíveis ou marcados pela subjectividade, que designámos por *software*.

A variabilidade de circunstâncias e a diversidade de dimensões do espaço público impõem múltiplas perspectivas e leituras interpretativas, que não devem ser eliminadas apenas por não corresponderem a cânones tipológicos ou morfológicos pré-estabelecidos do espaço urbano.

**Assim, optámos por basear a lógica e o método PSSS num outro modo de pensar, com as dimensões de interacção e interdependência sistémica do espaço público, considerando os elementos geradores daquilo que é público, ou comum, no espaço urbano: os contributos essenciais para a urbanidade.**



Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa; Parque das Nações, Lisboa; Capa do livro *O Chão da Cidade*

## FUNDAMENTO, OBJECTIVO E MÉTODO PSSS

No contexto urbano, as situações e projectos de espaço público com êxito na satisfação dos seus habitantes, visitantes ou actividades sociais e económicas, em muitos casos, não têm explicação definitiva. Porém, países e continentes diversos adoptaram, nas últimas décadas, estratégias e práticas de regeneração, em que o espaço público, para além de uma função qualificadora, impõe uma visão estratégica, condutora ou organizadora da urbanidade.

Essa opção afasta-se dos discursos, ainda dominantes, sobre atributos daqueles espaços, definidos *a priori* como “critérios universais” de avaliação do espaço público, baseados em abstrações sobre “ambientes vibrantes”, “espíritos do lugar” e outras infundáveis e indefiníveis qualidades de difícil avaliação. Assim, a procura de alternativas reclama novo saber e interpretação.

Para tal, a análise do espaço público não se pode restringir apenas a uma escala (a da proximidade), nem apenas a tipologias de espaços facilmente reconhecíveis (rua, praça, jardim, ...) ou a processos normativos. É necessário considerar uma visão do espaço público como rede de lugares, partilhando propriedades com outros sistemas urbanos – a paisagem (uma praia, ...), a infra-estrutura (um interface, ...), a comunicação (toponímias, ...) – alcançando escalas amplas, facultando serviços comuns, abrangentes, com objectivos múltiplos.

O PSSS tem como objectivo principal evidenciar para que serve o espaço público, e como serve os seus utilizadores, tornando mais claros os benefícios e os valores que este representa em diferentes situações e contextos, admitindo a sua subjectividade e as várias perspectivas.

**Para interpretar o espaço público devemos considerar a interacção dos componentes e os factores geradores de lugares comuns, fundadores da urbanidade: o sistema, o serviço, os actores, o valor.**

O nosso trabalho não se centra apenas nos elementos materiais e mensuráveis do espaço público mas integra questões tangíveis e intangíveis, aceitando as dependências contextuais e as relativas aos seus intervenientes. É partindo dos problemas e das dinâmicas e práticas dos actores do espaço que se pode tecer a sua interpretação: porque o que é público, e comum, depende.



O espaço partilhado permite a interacção entre todos, Munique



BARCELONA

# QUESTÕES DE PESQUISA

## COMO SE INTERPRETA O ESPAÇO PÚBLICO HOJE?

A questão é relevante. Apesar da sua juventude, a teoria do Desenho Urbano reconhece o papel positivo do espaço público na urbanidade contemporânea. Contudo, tanto na normativa como nas práticas dominantes, não se evidenciam as necessidades que o espaço cobre, nem os serviços que fornece, sendo a sua avaliação centrada num âmbito de “qualidade”, atributo que deve possuir para que seja bem-sucedido. Porém, embora a atenção dada ao espaço público tenha efeitos positivos, as noções predominantes estreitam a representação dos valores em causa, levando a uma noção de espaço público focada na primazia da sua excepcionalidade e menos na percepção dos factores relativos à sua produção, ao seu uso ou aos seus significados.

É agora possível algum consenso na teoria sobre as questões e os problemas que é relevante discutir: Quais são as motivações e modelos actuais na produção do espaço público? Que abordagens e interacções podem traduzir o serviço público do espaço? De que modo a variabilidade dos contextos, a subjectividade dos valores e a multiplicidade dos actores e seus interesses podem ser abordados?

Este é o déficite de conhecimento que o PSSS visa resolver ao propor um quadro teórico de avaliação e interpretação do sistema de espaço público, dando prioridade à identificação do benefício que o espaço público comporta. Para este efeito, foi necessário desenvolver novos conceitos e ferramentas para evidenciar o valor do serviço público do espaço, num sentido urbano de servir.

A produção do espaço público é actualmente bastante diversa e complexa e requer abordagens interdisciplinares e colaborativas. Veremos como a análise crítica dos processos de produção do espaço inclui tanto os elementos físicos (*hardware*) quanto os relacionais (*software*) e como nos leva a modelos de interpretação, focados na sua organização sistémica e no valor envolvido.

O quadro conceptual do método PSSS assenta, assim, nas seguintes questões:

- SISTEMA** ▶ Como se relaciona este espaço público com outros espaços?
- SERVIÇO** ▶ Para que serve este espaço público e o que oferece aos utilizadores?
- ACTORES** ▶ Quem são os actores neste espaço público e quais as suas necessidades?
- VALOR** ▶ Que tipos de valor podemos encontrar neste espaço público?



A Praça de São Pedro cria um espaço de confluência na malha urbana envolvente, Vaticano

## A URBANIDADE: UM SISTEMA DE SISTEMAS

As dinâmicas, tipologias, escalas e investimentos na transformação do espaço público foram crescendo e multiplicando-se, resultando em espaços cada vez mais complexos e diversificados, que não se restringem às referências tradicionais da cidade. Actualmente, verifica-se um interesse crescente nas abordagens sistémicas aos problemas urbanos, especialmente em relação a temas ambientais e infra-estruturais.

**Se a urbanidade é feita de sistemas urbanos, então o espaço público é uma estrutura relevante que assegura as suas ligações e dinâmicas, como elemento de integração.**

Pode-se considerar que o conjunto dos locais de um meio urbano, onde há espaço aberto e de uso público (um parque ou jardim, uma rua ou uma praça, ...) constitui a rede de espaços públicos. Mas tal definição de rede não expressa um aspecto essencial – os espaços públicos estão ligados entre si e a um contexto. Estas relações entre os espaços e contextos são a base do que define o sistema.

Como elemento duradouro, o sistema de espaço público é relacional – estabelece relações entre outros espaços, públicos e privados, acolhe uma variedade de funções sobrepostas, das mais funcionais às mais simbólicas, e os seus utilizadores. Como elemento urbano interactivo, relaciona-se e coexiste com outros sistemas urbanos – infra-estrutura, paisagem, comunicação, edificado, etc. – numa conexão funcional, morfológica e de significados.

Tal como uma esplanada, uma praça ou outro espaço público presta um conjunto de serviços que podemos avaliar, também se podem avaliar aspectos infra-estruturais e paisagísticos do sistema urbano – um sistema de transporte público, uma rede de iluminação, um miradouro, uma ponte sobre um rio que atravessa a cidade, uma avenida central arborizada, um espaço agrícola ou uma feira ao ar livre, mobilizam valores que podemos analisar, em aspectos tangíveis e intangíveis.

Assumimos que, numa abordagem colaborativa, as redes de espaços – sejam paisagens, infra-estruturas ou espaços públicos – ganham quando as concebemos como sistemas e ainda mais como sistemas interconexos, i.e., parte um do outro, que podem agir para fins convergentes.

**Em geral, podemos dizer que o sistema de espaço público é um conjunto de espaços de livre acesso, conexos em rede, com escalas diversas de relacionamento entre si e com os serviços que prestam.**

O sistema de espaço público inclui diversos espaços conexos, os seus usos e significados: desde os de proximidade, da rua e do bairro, aos grandes espaços de eventos – o encontro e interação, relacionados com a passagem, o movimento, bem como o potencial da troca e da partilha entre conhecidos e desconhecidos.

Esta organização oferece uma base para a avaliação dos valores urbanos mais inclusiva, porque abarca uma maior diversidade e integra diferentes conjuntos urbanos e elementos naturais, num referencial (físico, social e identitário) comum.



A rede de relações físicas e sociais no espaço público, Barcelona

Os espaços verdes como referências de encontro e interação, nos grandes eventos ou no dia-a-dia, Lisboa



Os múltiplos serviços dos espaços públicos informais, Antofagasta (Chile)

“Em termos espaciais, os espaços públicos são, por definição, públicos e, enquanto tal, devem ser acessíveis a todos. No entanto, o público não é uma entidade única, porquanto é composto de diferentes estratos sociais, cada um deles com um conjunto diferente de características, interesses e poderes.”<sup>1</sup>

Madanipour, 2010

## O SERVIÇO DO ESPAÇO PÚBLICO COMO SERVIÇO PÚBLICO DO ESPAÇO

A definição do que é espaço público pode ser feita no âmbito da propriedade (do Estado ou da Administração Pública), mas também no âmbito das práticas e dos usos que são de todos ou de uma comunidade. Assim, o que é espaço público pode ser definido pelo que está na base dum carácter público do espaço: os bens comuns de uma comunidade – os *commons*<sup>2</sup> – usufruídos e partilhados.

Neste sentido importa começar por perguntar: o que são serviços para a colectividade promovidos pelo espaço urbano? Como espaço colectivo, comum e aberto a todos os utilizadores, o espaço público ancora o usufruto social dos bens públicos, onde se sobrepõem muitas actividades (sociais, económicas, de lazer, políticas, de deslocação, etc.), devendo garantir os serviços que são essenciais e valorizados colectivamente, isto é, permitir um usufruto partilhado e cuidado em comum, que pode ser traduzido em valor de serviço do espaço.

<sup>1</sup> Tradução livre dos autores. No original: *In spatial terms, public spaces are by definition public, and as such expected to be accessible to all. However, public is not a single entity, as it is composed of different social strata, each with a different set of characteristics, interests and powers.*

<sup>2</sup> A noção de *commons* (em inglês) refere-se a um bem ou propriedade acessível e cuidada sob responsabilidade de uma comunidade, enquanto “espaço público” significa o “uso público” ou, em outros casos, a “propriedade de uma entidade pública”.

O conceito de serviço, desenvolvido no âmbito da ecologia e expresso nos serviços dos ecossistemas é útil para definir, por analogia, os serviços do espaço público aumentando e diversificando o seu potencial. Estes serão benefícios que as funções do espaço público provêm às necessidades da população actual e futura.

As necessidades e serviços podem relacionar-se por interdependência – uma rua serve a circulação de pessoas, veículos e bens, com o benefício da mobilidade, respondendo a uma necessidade central (de acesso), mas o espaço público da rua oferece também outros serviços, como a sombra, a partir da arborização, ou estimulando percursos alternativos numa lógica de roteiro com diversidade de formas e conteúdos. Os serviços são benefícios que um determinado público recebe. Neste contexto, o sistema de espaço público pode oferecer mais do que um serviço, para que dessa articulação resulte um serviço multidimensional. No sistema de espaço público há relações de serviço com benefícios resultantes da forma física, dos usos ou dos significados.

**Por tudo isto, o serviço do espaço público é uma noção interdisciplinar: aquilo que proporciona o exercício de actividades com significados e representações comuns – culturais, sociais, económicas, ou políticas – da e na vida de todos. Será nessa base que podem ser avaliados os custos e benefícios de retorno, como serviço público do espaço.**



A qualificação dos espaços públicos pode promover a diversidade e continuidade de serviços, Lisboa



A utilidade de um espaço desqualificado: o valor de uso do espaço público, Antofagasta (Chile)

## VALOR OU VALORES: O QUE É VALORIZADO NO ESPAÇO PÚBLICO?

Nas últimas décadas, o espaço público tem sido objecto de estudo intenso na literatura científica por se reconhecer a sua grande importância para a qualidade global das cidades. Muitos estudos iniciam-se com a questão: “O que atrai as pessoas?”, procurando entender as opções dos utilizadores e apontar razões pelas quais alguns espaços são usados e outros não.

Estas abordagens podem usar ferramentas e métodos simples para dar resposta a perguntas básicas sobre o uso do espaço: “Quantos?”, “Onde?”, “Por quanto tempo?”. Mas o “Porquê?” é sempre uma resposta mais difícil.

Outros estudos procuram avaliar o espaço público com base num padrão ou numa norma, frequentemente a partir da noção de qualidade, que inclui as características e valências que o espaço deve ter ou proporcionar, tendo como premissa que um espaço melhor terá tudo.

Grande parte do investimento público apoia-se na noção de benefício do espaço público, baseada frequentemente no consumo e no lazer, associados a representações de qualidade de vida, ou de um “estilo de vida feliz”. Mas pode também associar-se a outras representações, nomeadamente com visibilidade comercial ou imobiliária. Como abordar tais valores do espaço público? São considerados “valores públicos” ou apenas qualidades de mercado, de produtos com valor de troca?

A ideia de que o espaço gera valor depende do âmbito em que nos situamos e não se pode dissociar da diversidade de contextos urbanos. Se é fácil associarmos o valor económico a uma noção de valor de troca, encontramos noutras circunstâncias utilidade na noção de valor de uso.

Outras noções de valor não advêm de uma abordagem quantitativa, mas têm características mais qualitativas ou simbólicas, das quais são exemplos o valor cultural, o social e o ambiental. Da mesma forma, o valor de um espaço decorre não só das qualidades próprias do espaço físico em si mesmo, mas também do modo como ele é lido e percebido. Isto significa que a valorização do espaço público tanto poderá passar pela intervenção física no espaço, como pela transformação dos modos de o olhar. Como facilitar esta tomada de consciência pública do valor do sistema do espaço público?

O valor do espaço público não se resume a um número ou uma quantidade, podendo ser relacionado a partir de diferentes perspectivas e traduzir-se numa pluralidade de valores e de aceções.

**Ampliar a noção de valor para o plural – valores – é o mesmo que aceitar as dependências contextuais e relativas aos seus intervenientes, contribuindo para explicitar e comunicar os interesses e os significados implícitos do espaço público.**

“Se as autoridades públicas pensam e agem como empresas privadas, isso significará que a sua base para a tomada de decisões também será semelhante à das empresas (...). Isso permitiria atender às lógicas da economia, mas reduziria a sua capacidade de corresponder a algumas necessidades sociais (...). O mandato da autoridade pública, portanto, é oferecer valor de uso e encontrar equilíbrios com o valor de troca, em vez de ser conduzido por este.”<sup>3</sup>

Madanipour, 2006



A valorização do espaço público como lugar de consumo, de lazer e de contemplação, Vila Nova de Gaia

<sup>3</sup> Tradução livre dos autores. No original: *If the public authorities think and act like private firms, it means their basis for decision making would also be similar to that of the private sector firms (...). This would enable them to meet the demands of the economy, but would reduce their ability to meet some needs of the society (...). The remit of the public authority, therefore, is to provide use value, and to strike a balance with exchange value, rather than be primarily driven by it.*



Palco da vida urbana e do quotidiano, o espaço público acolhe diversos actores e as suas necessidades, Lisboa

**“Há necessidades urgentes que o espaço público pode ajudar a satisfazer, direitos humanos significativos que podem ser moldados para definir e proteger, e significados culturais especiais que podem ser transmitidos da melhor forma. Esses temas (...) revelam o valor do espaço público (...).”<sup>4</sup>**

Carr et al., 1992

## **ACTORES E INTERESSES NO ESPAÇO PÚBLICO – MUITOS E DIFERENTES**

Os valores e o uso do espaço público não podem ser separados dos seus utilizadores e de outros actores. A diversidade de interpretações e significados, relativos a diferentes grupos, faz parte da complexidade inerente ao espaço público. Como lidar com esta multiplicidade? Considerar apenas um ponto de vista como interpretação representativa ou integrar diferentes visões e interpretações, e as suas relações mútuas?

Avaliar implica fazer julgamentos de valor e exige, de certa forma, a capacidade de trabalhar explícita ou implicitamente com elementos objectivos e subjectivos. Os elementos subjectivos estão, em regra, relacionados com os interesses, as referências e as interpretações dos diferentes actores envolvidos no processo de avaliação.

<sup>4</sup> Tradução livre dos autores. No original: *There are pressing needs that public space can help to satisfy, significant human rights that it can be shaped to define and protect, and special cultural meanings that it can best convey. These themes (...) reveal the value of public space (...).*

Nestes actores incluem-se, desde logo, os que fazem uma utilização directa do espaço – porque vivem, trabalham, divertem-se, visitam ou prestam serviços nele ou nas suas imediações. Outros poderão ser produtores ou reguladores – desempenhando funções de construção, gestão ou de controlo do espaço – e/ou beneficiar do espaço público, ainda que indirectamente.

R.P.

Em geral, os diferentes actores fazem juízos de valor distintos para um mesmo espaço público, relacionados com o interesse ou benefícios que dele provêm. E desse espaço podem também advir prejuízos ou consequências negativas levando a perdas de valor. O interesse pessoal e colectivo sobre um determinado espaço público depende não só das próprias características do espaço mas também dos próprios actores e das suas percepções e representações do espaço.

**Abordar as necessidades, os interesses e mesmo as expectativas dos diferentes actores, entendendo o contexto alargado no qual se evidenciam estas diferenças de opinião e de valores, permite torná-las legíveis no âmbito de um determinado sistema de espaço público, organizando-as num processo inclusivo.**

O conflito de valores e de interesses é diariamente expresso na infinidade de decisões, grandes e pequenas, na produção, na gestão e no uso dos espaços públicos. Entender esses conflitos requer uma prática reflexiva e colaborativa.

O valor público não será resultado de um processo linear e dedutivo; pelo contrário, será multidimensional, incluindo inúmeras contradições e sobreposições.



Diferentes vivências e formas de participação no espaço público, Lisboa e Antofagasta (Chile)

# PORQUE É QUE A AVALIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO É INTERPRETATIVA?

O espaço público tem vindo a ganhar centralidade no discurso político, técnico e até comunitário, atribuindo-se-lhe qualidades essenciais para o quotidiano das pessoas e das actividades. Nem sempre estas “declarações de amor” correspondem às práticas efectivas de uso do espaço público. Diante disto, qual deve ser o primeiro objectivo no processo de avaliação dos sistemas do espaço público? Prever? Comparar? Medir? Integrar? Julgar?

**Como assunto interdisciplinar, a abordagem ao espaço público deve ser antes de mais multidimensional, expressando o seu potencial e seus limites como provedor de serviços no espaço. A sua interpretação é, em si mesma, uma prática colaborativa – o reconhecimento dos valores públicos do espaço numa compreensão interdisciplinar.**

Para entender o valor global do espaço público é necessária uma avaliação dos valores sociais, económicos, ambientais e culturais dos sistemas urbanos. Esta avaliação deve basear-se também nos problemas comuns organizados como parte de temas e problemas das práticas de produção espacial.

1. **Declínio físico e social.** Socialização do uso, uso excessivo e não-uso: quão mais vazio é o espaço, mais se degrada; quão mais degradado, mais vazio.

Problemáticas da especialização e da mono-funcionalidade – a segurança ou modos securitários.

2. **Apropriação ou privatização do espaço.**

A manutenção do carácter público face aos processos dependentes do mercado, as *commodities* e o seu valor (de troca) e as desigualdades de acesso.

Problemáticas dos valores económicos – o serviço gerido como negócio.

3. **Exclusão (e não frequência).**

O acesso, físico, social, económico e cultural, influencia o significado dos lugares. A não-frequência como prática de segregação efectiva.

Problemáticas das exclusões – restrições, dissuasão de entrada de estranhos.

4. **Processos de governança.** Sendo tão significativos como os processos de produção, o planeamento e a gestão urbanística não garantem “a qualidade esperada” do espaço.

Problemáticas da diversidade de interesses e da regulação.



A afirmação do turismo como actividade dominante no espaço público pode trazer conflitos, Lisboa

A prioridade ao modo automóvel dificulta a inclusividade do espaço público, Lisboa

Assim, a avaliação pode tornar-se ela própria num processo interactivo (e iterativo), onde todos os envolvidos podem explicitar os seus valores, problemas e preocupações. A participação na governança do espaço público é de natureza diferente de um atributo do “desempenho” dos espaços e não pode seguir critérios segmentados. Pelo contrário, deve procurar respostas, não no elenco dos campos separados mas na integração das variáveis – incluindo a infra-estrutura, a comunicação, a paisagem e outras.

A interdisciplinaridade é indispensável: da vida nas ruas à inteligência dos transportes, da ecologia à coesão social, da arte pública à economia. Uma cultura inclusiva é um todo, que é sempre mais do que a soma de partes.



Os olhares sobre o espaço público: diferentes contributos para a sua interpretação, Bolonha

**“É evidente que as tendências contemporâneas no desenho e gestão do espaço público resultam (ao longo do tempo) numa variedade cada vez mais complexa de espaços públicos (...).”<sup>5</sup>**

Carmona, 2010

<sup>5</sup> Tradução livre dos autores. No original: *What is clear is that contemporary trends in public space design and management are resulting (over time) in an increasingly complex range of public space types (...).*

## O QUE É INTERPRETAR UM SISTEMA DE ESPAÇO PÚBLICO?

A organização sistémica do espaço público pode ser a base para a avaliação dos valores urbanos, incorporando escalas variadas e integrando as necessidades, os recursos e os papéis dos diferentes actores num referencial comum. O serviço público do espaço é, assim, um benefício social facultado no acesso a todos os sistemas (espaço público, paisagem, infra-estrutura) e actividades (sociais, culturais, lúdicas, económicas, políticas) com representações da vida de todos, na cidade, expressando o valor público do “serviço”, o seu limite ou potencial.

O valor do serviço do espaço público é definido, não como um mecanismo negocial mas como um conceito analítico instrumental, entendendo que as melhores visões do espaço público deverão surgir da sua abordagem sistémica e multidimensional, centrada nos actores e decorrente do serviço prestado e não de um conjunto de qualidades indefiníveis, nem de uma transacção de “valor do espaço público” como mercadoria. Porque o espaço público presta serviços e gera valor, mesmo quando não se associa a imagens padronizadas de qualidade ou agradabilidade estéticas.

Assim, as ferramentas de avaliação desenvolvidas no âmbito da investigação exploram uma perspectiva direccionada para a identificação e resolução de problemas, numa lógica de aprendizagem e transformação, conjugando interesses e pontos de vista. O método proposto não é fechado em si próprio, mas fomenta o diálogo entre os actores envolvidos, como um instrumento de compreensão do espaço público.

Este novo significado só surge quando o espaço público tem uma diversidade de partes interessadas, de actores contraditórios (aqueles que participam e os que não participam) com vários interesses (conflituais ou não), representando outros significados da cidadania.

**“Pensar na cidade é aceitar os seus aspectos conflitantes: constrangimentos e possibilidades, tranquilidade e violência, interacção e solidão, encontros e separações, o trivial e o poético, o funcionalismo brutal e a improvisação surpreendente. A dialéctica do urbano não pode limitar-se à oposição centro-periferia, embora o implique e contenha. (...) Pensando nessas perspectivas, deixemos um lugar para os eventos, as iniciativas, as decisões. (...) Nem todos os dados foram lançados.”**<sup>6</sup>

Lefebvre, 1985 (Citado por Lefebvre, H., Kofman, E., & Lebas, E., 1996)

<sup>6</sup> Tradução livre dos autores. No original: *To think about the city is to hold and maintain its conflictual aspects: constraints and possibilities, peacefulness and violence, meetings and solitude, gatherings and separations, the trivial and the poetic, brutal functionalism and surprising improvisation. The dialectic of the urban cannot be limited to the opposition centre-periphery, although it implies and contains it. (...) In thinking about these perspectives, let us leave a place for events, initiatives, decisions. (...) All the hands have not been played.*

# CASOS DE ESTUDO

## – APRESENTAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO EMPÍRICA



BAIXA DA BANHEIRA

São aqui apresentados os casos de estudo que acompanharam a construção do método de interpretação e avaliação, permitindo evidenciar a viabilidade e usabilidade da ferramenta. A partir destas referências pudemos não só experimentar a aplicação dos diferentes conceitos a espaços e problemas concretos como inferir, a partir da prática, temas e questões de metodologia.

A escolha destes casos foi fundamentada pela diversidade de contextos urbanos e tipos de sistemas de espaço público, com escalas e dinâmicas de transformação variadas. Estudaram-se diferentes usos e serviços do espaço público, nuns casos com predominância de actividades económicas, noutros de questões ambientais, de infra-estruturação, ou relativas a discussão dos significados representados no espaço.

## BAIXA-CHIADO, LISBOA



A Praça D. Pedro IV, Rossio, é um local de referência histórico e identitário da Baixa

No centro histórico de Lisboa, espaço central e de referência da cidade, a Baixa-Chiado passou por um processo de decadência física e funcional, perda de habitantes e saída de actividades relevantes, com impacto no espaço público e nas dinâmicas urbanas.

Nas últimas décadas, várias intervenções no espaço público, em conjunto com outras políticas urbanas (reabilitação urbana, mobilidade, cultura e turismo, etc.), têm contribuído para a inversão deste cenário. As acções passaram pelo redesenho de alguns espaços públicos (sobretudo praças), mas também pela abertura de espaços a novos usos (frente ribeirinha), melhoria da acessibilidade e diversificação dos transportes públicos. Hoje, um conjunto de actividades de consumo, lazer e turismo parecem ser dominantes.

A análise deste espaço centrou-se nas transformações vigentes com o intuito de mapear e compreender as actividades de lazer e de consumo, questionando a sua dominância e consequências para as lógicas de utilização do espaço público.



Acesso ao metropolitano no Largo do Chiado: um ponto de confluência de utilizadores e gerador de dinâmicas entre as partes alta e baixa do centro da cidade

## AVENIDA DUQUE DE ÁVILA, LISBOA

A avenida Duque de Ávila está integrada na malha regular de expansão do século XIX – as Avenidas Novas – e formou parte da antiga Estrada da Circunvalação, infra-estrutura urbana circular que incluiu transporte público, a partir da rede de eléctricos.

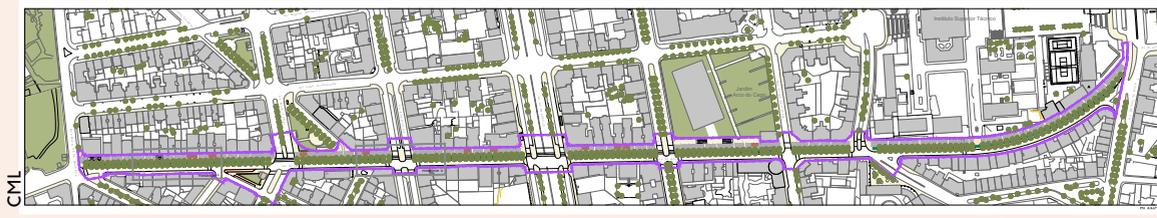
Adquire novo carácter com a transformação do sistema infra-estrutural e consequente redesenho do espaço público, no início dos anos 2000. As obras iniciam-se com a ampliação da rede do Metropolitano de Lisboa, desde a Alameda até São Sebastião – na interligação das quatro linhas. A demorada intervenção produziu impactos negativos, principalmente para as actividades comerciais. Seguiu-se uma segunda fase,

em que o projecto do espaço público, privilegiando o espaço pedonal, facilitou a instalação de esplanadas e de novo comércio. O reordenamento do trânsito e do estacionamento incluiu um novo corredor ciclável integrado no contínuo verde de conexão ecológica.

Integrada numa zona central e multifuncional de Lisboa, a avenida liga-se com outros eixos principais da cidade, com funções diferenciadas, bem como com outros espaços públicos relevantes, sendo um espaço com utilizações e utilizadores variados. A identificação dos conflitos e das tensões que decorrem da intensidade de utilização da avenida foi o foco da análise a este espaço.



Área pedonal após as obras de requalificação



Plano geral da avenida<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Imagem gentilmente cedida pela Câmara Municipal de Lisboa (CML). Equipa do projecto de qualificação urbana do eixo Av. Duque de Ávila – Av. Rovisco Pais: coordenação da intervenção e coordenação de projecto pelo Arq. Paisagista João Castro (CML); estudo prévio e projecto-base pela Arq. Paisagista Maria da Conceição Candeias (CML); projecto de execução pelos Arq. Manuel Bastos e Arq. Paisagista Sandra Candeias (Ferconsult).

## ÁREA CENTRAL DE AGUALVA-CACÉM, SINTRA

Inserida no eixo urbano Sintra-Lisboa, a cidade de Agualva-Cacém sofreu um crescimento rápido e desregulado ancorado em infra-estruturas viárias e ferroviárias. O contexto periférico e desqualificado, a par de problemas ambientais, de infra-estruturação urbana e carência de equipamentos e espaços públicos, motivaram uma grande operação de investimento público na área central da cidade, com o projecto POLIS Cacém (início dos anos 2000). A intervenção integrada de requalificação urbana, com uma forte componente de valorização ambiental e qualificação, foi focada no desenvolvimento de uma nova centralidade.

Acções como a requalificação da ribeira das Jardas e a criação de um parque urbano, a reestruturação da rede viária, a beneficiação dos espaços públicos e a requalificação de alguns espaços já existentes, como o interface de transportes colectivos, produziram efeitos positivos na articulação dos espaços da cidade, no ambiente urbano e na sua vivência.

A análise focou-se na compreensão dos efeitos destas intervenções no sistema urbano de Agualva-Cacém, tendo em conta a concretização dos seus objectivos iniciais, procurando dar resposta à questão: "A intervenção POLIS Cacém levou à estruturação do(s) sistema(s) e à criação de uma nova centralidade?"



Rua D. Maria II, um dos principais eixos da intervenção



ACB

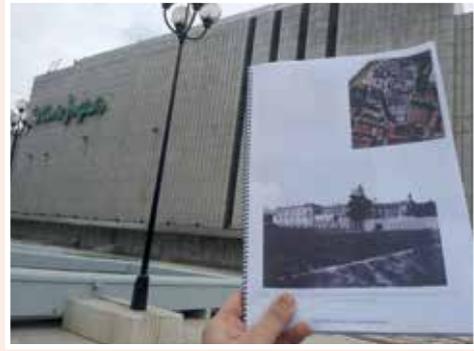
Parque linear D. Domingos Jardo, concluído em 2009

## ESPAÇOS DE MEMÓRIA, BARCELONA

Em Barcelona, ao longo dos quarenta anos de ditadura, prisões, locais de execução, campos de concentração, delegações de polícia, fizeram parte do sistema de repressão e controlo fascista, estrategicamente localizado no tecido da cidade, afectando diferentes áreas da vida quotidiana. Esta rede de espaços de repressão perdurou até 1978 (data das primeiras eleições democráticas), sendo depois desconfigurados por diferentes dinâmicas urbanas ou esquecidos ao longo do tempo. Actualmente, embora haja processos de reivindicação em curso, há uma fraca recuperação da memória destes lugares, em parte devido à falta de um programa de intervenção específico.

Analisaram-se os espaços que, durante largos anos, funcionaram em toda a cidade como sistema de repressão social e política e que podem hoje constituir a base de um sistema de comunicação da memória. Como se constrói, neste âmbito, um sistema de memórias, isto é, de significados, no espaço público? Como se articulam relações entre as memórias, o

contexto urbano e os usos actuais? A atenção é centrada nos aspectos simbólicos e de significação, aprofundando capacidades e potencialidades da arte pública e do desenho urbano, na sua interacção.



PFMPDC<sup>8</sup>

Imagem da antiga prisão de mulheres de *Les Corts*, contrastada com o centro comercial *El Corte Inglés* que hoje ocupa parte dos seus terrenos



Prisão *La Modelo*, espaço em debate num processo participativo liderado pelo *Ayuntamiento* de Barcelona

<sup>8</sup> Imagem gentilmente cedida pela *Plataforma Futur Monument Presó de Dones de les Corts* (PFMPDC).

## FRENTES DE ÁGUA, VILA NOVA DE GAIA

O município de Vila Nova de Gaia é um território formado por diferentes padrões de ocupação urbana. Embora maioritariamente urbanizado, possui espaços de grande relevância ambiental e ecológica.

Nos últimos vinte anos, uma intervenção de carácter infra-estrutural na rede de saneamento do concelho abordou problemas ambientais existentes e potenciou um conjunto de outras intervenções subsequentes. Através da recuperação ambiental das ribeiras, da intervenção nos canais de circulação viária, nos percursos pedonais e cicláveis e de outras acções de valorização da orla marítima, registaram-se melhorias ambientais e uma transformação urbana e do uso da faixa costeira. Neste processo observa-se a criação de um sistema estruturante de grande escala, ancorado na visão estratégica da Estrutura Ecológica Municipal, numa lógica de articulação da rede de espaços públicos com as redes ecológica e infra-estrutural.

Na sequência destas intervenções e perante o reconhecimento da diversidade de elementos e características neste território, a análise centrou-se nos espaços públicos da marginal ribeirinha e marítima, das ribeiras que desagüam na sua orla costeira e no potencial de articulação do espaço público no estabelecimento de ligações entre estas diferentes realidades.



Espaço de lazer junto à Praia das Pedras Amarelas, na ligação entre a ribeira e o mar



Cartograma estratégico da Estrutura Ecológica Municipal de Vila Nova de Gaia

<sup>9</sup> Imagem gentilmente cedida pela Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM.

## URBANO DISPERSO, BURGÃES E REBORDÕES (SANTO TIRSO)



Burgães, núcleo de povoamento com matriz rural

A ocupação dispersa, característica do Noroeste português, acumula uma matriz de assentamento rural com a introdução de elementos e actividades industriais e, consequentemente, outras formas de urbanização e infra-estruturação. Nestas formas de povoamento, a vivência urbana coexiste com espaços de características e tradições rurais. As áreas de ocupação difusa afastam-se dos modelos canónicos do desenho urbano, com consequências na interpretação que é feita do espaço público. As tipologias do espaço diferem das dos centros urbanos, tal como diferem as práticas quotidianas e a relação que os habitantes estabelecem com estes espaços.

O que é o espaço público quando este não corresponde ao que lhe é tradicionalmente associado? Num espaço em que existe uma densa rede de espaços infra-estruturados, mas pouco qualificados, e uma forte presença de elementos paisagísticos, ambientais e de carácter rural, quais os elementos que compõem a rede de espaço público? Tendo como referência o estudo de dois núcleos de



A Estrada Nacional 105 atravessa a área de estudo

povoamento do município de Santo Tirso (parte da antiga freguesia de Burgães e parte da freguesia de Rebordões), a análise foca-se na identificação e compreensão da rede de espaços públicos no urbano disperso.



BARCELONA

# GUIA DE AVALIAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

## – O QUE É E COMO FUNCIONA O MÉTODO PSSS

O PSSS propõe uma teoria e um método para interpretar e avaliar o serviço do espaço público, evidenciando os problemas, integrando as perspectivas dos actores e revelando o valor gerado, ou o seu potencial, no processo de avaliação.

### QUAL A UTILIDADE DO MÉTODO PSSS?

- Compreender as dinâmicas de utilização de um espaço público: perceber o que funciona e o que não funciona, porque é mais ou menos usado.
- Identificar o que é necessário para melhorar um espaço público: delinear soluções ou recomendações e definir estratégias.
- Criar condições para o diálogo entre os diferentes actores (e interesses), identificando necessidades e anseios.
- Apoiar o planeamento e a gestão dos espaços públicos.

### QUE TIPOS DE ESPAÇOS SE PODEM AVALIAR COM O MÉTODO PSSS?

O método desenvolvido adequa-se a qualquer espaço público, seja de proximidade – uma rua ou uma praça – ou de maior dimensão – a malha urbana de um bairro ou um conjunto de parques. Mas o seu objecto central é a noção de sistema de espaço público. Podem ser incluídos espaços em utilização ou espaços a desenvolver, seja na vertente física (*hardware*) ou de significado e interacção (*software*).

### QUEM PODE USAR O MÉTODO PSSS?

A iniciativa da avaliação pode partir de qualquer um com interesse no assunto, sendo recomendável integrar no processo outros indivíduos com conhecimento e interesses diversificados no espaço em causa.

Este método inclui orientações práticas para avaliar e interpretar sistemas de espaços públicos, ilustradas pela aplicação a casos de estudo.

Para melhor compreender os problemas de um espaço público, poder-se-á, através deste método:

- identificar oportunidades para intervenções de melhoria, reunindo recursos e parceiros;
- questionar o que é mais e menos valorizado no espaço público pelos diferentes actores;
- definir estratégias e implementação de acções que resultem de visão e valores partilhados;
- avaliar projectos de intervenção, propondo alternativas;
- integrar as comunidades em processos de desenho e gestão do espaço público;
- facilitar a comunicação e discussão entre actores e agentes interessados no espaço público;
- estabelecer medidas de monitorização do espaço e conduzir avaliações pós-ocupação;
- dar suporte à tomada de decisão.

Um processo de avaliação e interpretação pode participar de outros processos, tais como:

- políticas, planos, projectos, programas, critérios, estratégias de intervenção no espaço público;
- protocolos, parcerias, colaborações entre instituições para provisão ou gestão de espaços públicos.

## **ROTEIRO: COMO USAR O PSSS**

O roteiro organiza e estrutura as diferentes fases do processo de avaliação e interpretação de um espaço público. Aqui identificam-se os principais conteúdos nos quais o PSSS incide, estabelecendo ligações a outros componentes do guia – as orientações.

As orientações incluem uma descrição dos conteúdos essenciais de cada fase, incluindo recomendações de como abordar cada questão. Cada orientação é tratada como um documento independente, embora existam pontos de ligação entre eles.

A avaliação inclui fases, com tarefas particulares, que podem ser percorridas de forma sequencial ou exigir várias iterações ao longo do caminho. Uma vez que a metodologia permite adaptações caso a caso, a ligação entre os componentes do guia permite flexibilidade na escolha do caminho mais adequado e o retorno ao ponto de partida, sempre que necessário. As decisões a tomar ao longo de todo o processo de avaliação podem ter de ser determinadas por critérios práticos, de disponibilidade de recursos e de tempo, mas mantendo sempre o foco.

## PONTO DE PARTIDA

O ponto de partida é a estruturação do processo de avaliação. Implica a definição do objecto e objectivo da avaliação, das condições de partida e da forma como o processo se vai concretizar.

### ESTRUTURAÇÃO

Qual o objecto e o objectivo da avaliação?  
Condições de partida e decisões prévias

## DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO

A avaliação do espaço público inicia-se com quatro questões que remetem para os temas principais:

1. COMO SE RELACIONA ESTE ESPAÇO PÚBLICO COM A ENVOLVENTE?
2. PARA QUE SERVE ESTE ESPAÇO PÚBLICO?
3. QUEM SÃO OS ACTORES NESTE ESPAÇO PÚBLICO?
4. QUE TIPOS DE VALOR PODEMOS ENCONTRAR NESTE ESPAÇO PÚBLICO?

SISTEMA  
SERVIÇO  
ACTORES  
VALOR

A cada pergunta corresponde um conjunto de orientações específicas, a partir das quais se pode reunir e organizar informação para a identificação e análise, num processo cumulativo e o mais aprofundado possível.



# PONTO DE PARTIDA

## ESTRUTURAÇÃO

A estruturação do processo de avaliação organiza aspectos que necessitam de uma definição inicial, acertando premissas e ajudando a decidir quem incluir na avaliação e quais os recursos e informação prévia existentes. Ao longo do processo, é natural que considerações iniciais tenham de ser reavaliadas e que a informação recolhida possa suscitar novas questões.

### O QUE É NECESSÁRIO SABER

#### • O que vamos avaliar?

Identificar o espaço público objecto da avaliação. Pode ser um espaço público em utilização ou um espaço não formalizado no qual se queira intervir.

#### • Qual o objectivo da avaliação?

Identificar o enquadramento da avaliação, indicando a sua necessidade e eventual relação com outras acções ou iniciativas em curso. Concretizar o objectivo da avaliação de forma clara, atendendo às preocupações de quem nela participa. A definição do objectivo da avaliação, e o seu objecto, condicionam o tipo de avaliação a realizar.

#### • O que já sabemos sobre este espaço público?

A informação existente pode ser integrada no processo de avaliação e trabalhada, juntamente com outros dados reunidos, de forma a produzir novo conhecimento.

#### • Quem conduz, elabora e integra o processo de avaliação?

Identificar a iniciativa do processo de avaliação e a responsabilidade pela sua condução. Identificar os principais actores do espaço em avaliação, com base no Quadro 1, e definir quem integrar, e como, no processo tendo em conta a pertinência da sua participação.

#### • De que forma participam os actores?

Identificar as formas de comunicação durante a avaliação, não só entre os participantes, mas também nas consultas a outros actores relevantes e na divulgação final dos resultados.

#### • Quais os meios, recursos e condições para a concretização da avaliação?

As condições e recursos disponíveis irão condicionar a abrangência e/ou detalhe da avaliação (sobretudo no que diz respeito à recolha de informação e tempo disponível).

### QUADRO 1 – TIPOS DE ACTORES RELACIONADOS COM O ESPAÇO PÚBLICO

#### UTILIZADORES

Residentes, comerciantes, trabalhadores  
Clientes (comércio e serviços)  
Visitantes e turistas  
Associações (moradores, desportivas, religiosas, ambientais, do património, comerciais, cívicas, profissionais, de deficientes, ONG)  
Gestores de equipamentos, de infra-estruturas e serviços  
Automobilistas, peões, ciclistas  
Grupos etários ou de género  
Media  
...

#### PRODUTORES

Promotores/investidores  
Projectistas/outros técnicos  
Empreiteiros/construtores  
Proprietários imobiliários  
Mediadores imobiliários  
Políticos, organizações partidárias  
Serviços públicos/colectivos (transportes, estacionamento, água, saneamento, energias, comunicações, resíduos)  
...

#### REGULADORES

Câmaras municipais  
Juntas de freguesia  
CCDRs, DGT, empresas municipais, SRU, institutos públicos  
Protecção Civil e autoridades policiais  
Administradores privados de espaços colectivos  
...

## ENQUADRAMENTO E OBJECTIVO DA AVALIAÇÃO

AVENIDA DUQUE DE ÁVILA, LISBOA

A avenida Duque de Ávila foi uma das primeiras intervenções integradas na actual estratégia municipal de valorização do espaço público. Apesar de um longo processo de transformação, com impacto negativo nas actividades ali instaladas, levando ao desaparecimento de algum comércio, o novo desenho da avenida integrou espaços adjacentes, gerou novos usos e permitiu uma diferenciação do seu carácter. Hoje há, por um lado, o reconhecimento de um espaço público qualificado, gerador de dinâmicas de utilização próprias e, por outro, a constatação de que este êxito e capacidade de atracção traz consigo incompatibilidades e questões a resolver, no que diz respeito à partilha do espaço por diversos utilizadores e funções variadas.

Determinou-se um **objectivo de avaliação** que permitisse identificar os conflitos e as tensões que decorrem da intensidade de utilização da avenida, uma vez que são facilmente reconhecidos os usos variados e a capacidade de atracção de diversos dos seus elementos.

A proximidade física ao Instituto Superior Técnico permitiu a organização de várias sessões de trabalho de campo envolvendo registos sistemáticos da utilização do espaço, observação apoiada por fotografia, conversas informais com diferentes tipos de utilizadores, tendo sido ainda realizada uma entrevista a um actor regulador do espaço (Junta de Freguesia das Avenidas Novas).



AD

**Entrada do metro junto ao jardim do Arco do Cego**  
Ponto de encontro dos vários utilizadores da área



AD

**Novo desenho do espaço público**  
Os diferentes usos têm espaços dedicados

# DESENVOLVIMENTO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO SISTEMA

### COMO SE RELACIONA ESTE ESPAÇO PÚBLICO COM A ENVOLVENTE?

O desenvolvimento da avaliação parte da identificação do sistema de espaço público. Esta fase de identificação permite a abordagem ao conceito de sistema e é também importante para a organização de informação de suporte.

#### O QUE É NECESSÁRIO SABER

- **Qual é o contexto urbano?**

Notas sobre a sua evolução ao longo do tempo, mudanças de usos ou de dinâmicas (económicas, sociais, etc.) e funções urbanas e tendências actuais.

- **Qual o sistema de espaço público e como funciona?**

Identificar e caracterizar o sistema de espaço público que é o foco da avaliação. A definição do sistema resulta de uma perspectiva particular sobre o espaço público, relacionada com o propósito que se pretende atingir – trata-se de uma identificação que é instrumental para o que se quer avaliar.

É importante descrever a forma como se organizam e se relacionam os diversos componentes, uma vez que um sistema é feito de relações, de dinâmicas entre as partes que mantêm o funcionamento urbano. Por isso, o sistema inclui *hardware* e *software* – a estrutura e o que lhe dá conteúdo.

A identificação e descrição do sistema devem seguir os critérios identificados no Quadro 2 e ser acompanhadas de um registo gráfico iterativo: os critérios podem sobrepor-se até que, no seu conjunto, definam um sistema que representa o espaço público e o objectivo de avaliação pretendido.

#### QUADRO 2 – CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ESPAÇO PÚBLICO



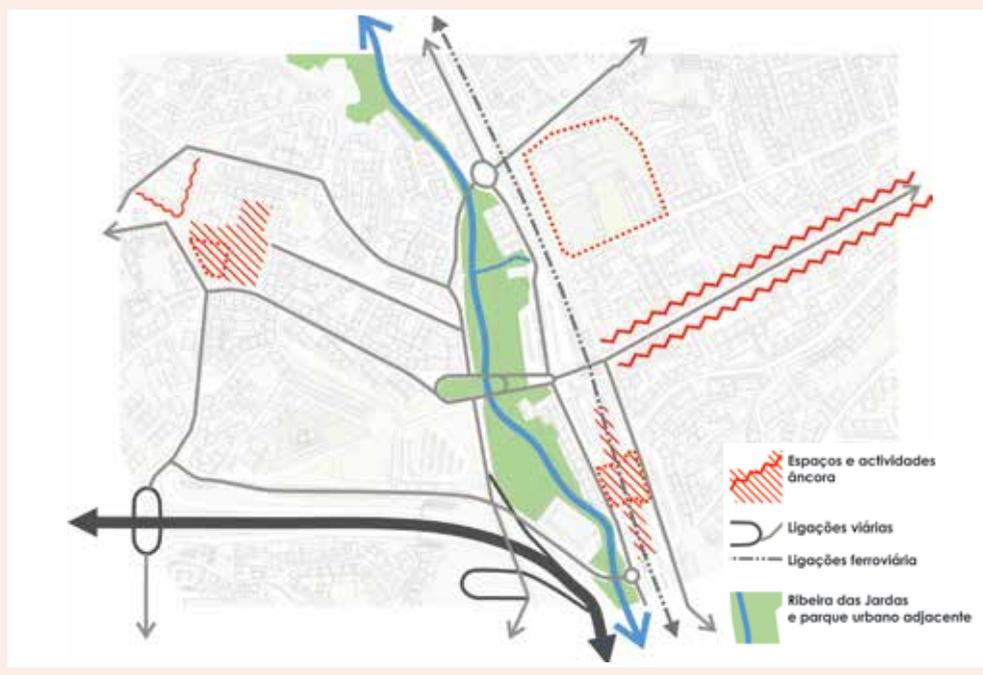
## A COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE SISTEMAS URBANOS

### ÁREA CENTRAL DE AGUALVA-CACÉM, SINTRA

O sistema de espaços públicos foi amplamente reconfigurado com a intervenção do programa POLIS Cacém. Hoje os **espaços-âncora** incluem tanto espaços públicos como áreas de actividades diferenciadas – o parque urbano, o interface de transportes, o Mercado e Loja do Cidadão e zonas de comércio de rua – responsáveis pelas principais **dinâmicas** de utilização e de deslocação no interior destes espaços e com capacidade de atracção de públicos do seu exterior. Estes espaços de atracção estão interligados por uma **rede de espaços públicos** que inclui os principais eixos de circulação viária e outros pedonais, pequenos espaços verdes, parques infantis e pequenas praças, e áreas de estacionamento.

Este conjunto de espaços públicos mostra também a compatibilização entre diferentes sistemas urbanos: quer seja a integração do sistema natural na rede de espaços públicos, permitindo a valorização dos componentes ecológicos e sua utilização quotidiana, quer seja a articulação de diferentes formas de mobilidade e o restabelecimento de continuidades a partir (e apesar) das infra-estruturas de transporte.

Esta **relação entre sistemas urbanos** é patente na escala da proximidade e dos usos quotidianos mas também numa escala mais alargada: seja a partir dos componentes infra-estruturais (rodoviário e ferroviário) e ecológico-ambientais (corredores ecológicos ao longo das linhas de água ou contínuos ambientais) ou do próprio sistema urbano (pela relevância de Agualva-Cacém no eixo Lisboa-Sintra).



Representação esquemática dos componentes, dinâmicas e interacções do sistema

## COMPONENTES DO SISTEMA

---

O sistema de espaço público pode ser composto por espaços heterógenos, com diferentes tipos e funções, que estão ligados e interagem uns com os outros podendo estar organizados em subsistemas.

### ESPAÇOS-ÂNCORA

Pontos focais estratégicos, de maior intensidade de actividades ou referências no espaço urbano. São relevantes pelas ligações que estabelecem, funções que desempenham, bem como pelas dinâmicas sociais e económicas que promovem.

- Espaços e edifícios que funcionam como pólos de atracção urbana.

### REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Conjunto de espaços públicos que dão suporte às actividades, proporcionam diversidade de usos, continuidade e conexão visual, funcional e ecológica.

- Espaços públicos de diferentes tipologias que constituem a rede.

## DINÂMICAS E LIGAÇÕES

---

Para além da forma e dos seus elementos é importante conhecer como funciona o sistema, tanto nas relações internas entre os diferentes elementos, como nas relações com a envolvente urbana.

### INTERNAS

Principais relações dentro do sistema, não só físicas mas também funcionais ou simbólicas.

- Ligações/fluxos mais importantes.
- Espaços-âncora do sistema interno.
- Subconjuntos de actividades.

### EXTERNAS

Relações com outros espaços envolventes, não só ligações físicas mas também dinâmicas de utilização.

- Ligações ou espaços de interface para além do sistema em questão.
- Espaços-âncora que promovem atracção fora do sistema.

## INTERACÇÕES

---

A noção sistémica aplicada ao espaço público reforça o potencial de interacção entre vários sistemas urbanos inter-conexos, i.e., que podem agir para fins convergentes.

### PAISAGEM

Redes e relações ecológicas, de suporte natural, com potencial produtivo e de actividades de lazer.

- Elementos e contínuos naturais (cursos de água, estruturas verdes, flora e fauna, terrenos agrícolas, ...).

### INFRA-ESTRUTURA

Redes e serviços infra-estruturais que dão suporte à ocupação urbana e viabilizam a mobilidade.

- Redes sectoriais e serviços urbanos (viária, transporte, saneamento, drenagem, energia, comunicações, ...).

### COMUNICAÇÃO

Elementos comunicativos ou significados que contribuem para os simbolismos presentes no espaço.

- Roteiros temáticos (históricos, religiosos, artísticos, gastronómicos, ...).

## O SISTEMA A PARTIR DOS SIGNIFICADOS

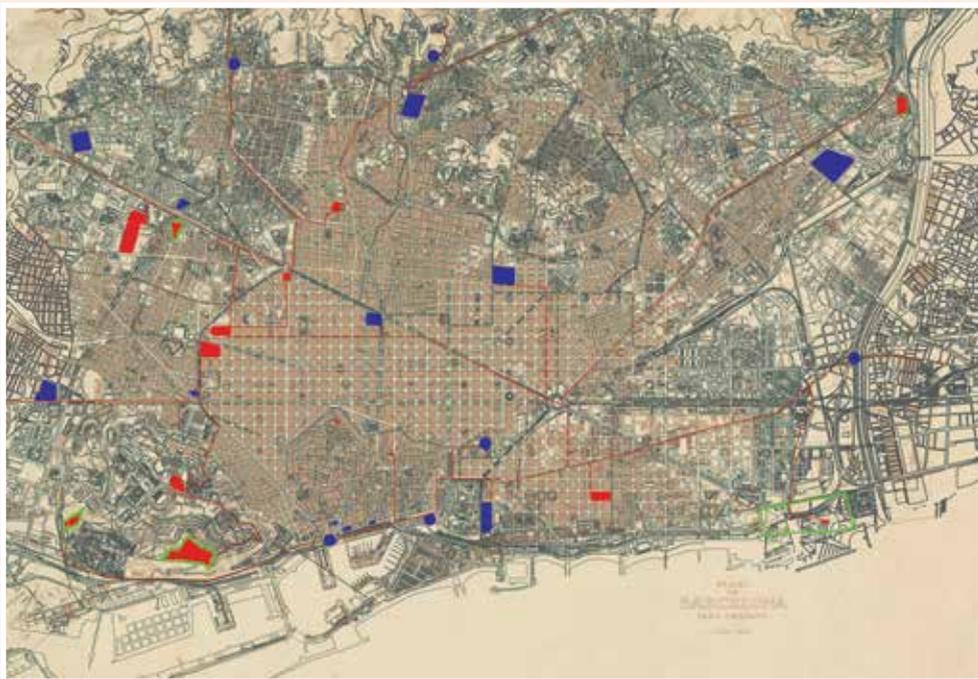
### ESPAÇOS DE MEMÓRIA, BARCELONA

Os espaços da repressão franquista tiveram, entre 1939 e 1978, múltiplas configurações e etapas (pós-guerra, *desarrollismo*, transição). Estes lugares eram estrategicamente distribuídos no território, aproveitando o uso de edifícios ou locais e criando outros ex-novo, segundo critérios como: o estado e capacidade das instalações (algumas para grande número de pessoas); a conectividade (viária, portuária ou ferroviária) e a localização perimetral e dispersa na cidade.

Deste conjunto, destacam-se três espaços pela brutalidade dos actos aí praticados: *El Castillo de Montjuic*, a prisão *Modelo* e acima de tudo o *Campo de la Bota*. Outros lugares incluem centros prisionais e campos de concentração, centros de detenção distribuídos pela cidade, quartéis e postos de controlo de entradas e saídas da cidade.

Neste sentido, podemos considerar os espaços de repressão como **espaços-âncora**, nós de uma rede conectada no território, na qual se destacam as vias de ligação no exercício de tornar visível a violência, fazendo uso do potencial (real e simbólico) das **relações internas e externas da rede**. Assim, os lugares específicos da repressão operavam como bases de uma estratégia de controlo integral de toda a sociedade.

Actualmente, a discussão sobre estes espaços pode dar lugar a projectos de memorialização, que se articulem da mesma forma sistémica. Os espaços já re-significados são atomizados na cidade – sejam como espaços efectivos de memória, ou com diferentes marcas territoriais que sinalizam reivindicações cidadãs ou sinais institucionais.



#### Sistema de espaços de memória

A representação do sistema numa carta de 1944 sobre a planta actual (a azul, os espaços de controlo; a vermelho, os espaços de repressão; a verde, espaços com sinais ou projectos para memoriais; as linhas vermelhas identificam as principais vias de conexão)

# DESENVOLVIMENTO

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

### PARA QUE SERVE ESTE ESPAÇO PÚBLICO?

Partir da natureza do serviço público, isto é, o modo como o espaço público “serve”, permite-nos classificar a diversidade de serviços presente em várias funções e actividades e no modo como o espaço é apropriado. A identificação é feita a partir da descrição e mapeamento dos serviços que existem no espaço público, reunindo informação sobre a sua utilização quotidiana, numa observação directa dos usos dos espaços e das suas dinâmicas.

#### O QUE É NECESSÁRIO SABER

##### • Quais os serviços do espaço público?

Identificar os vários serviços que são proporcionados pelo espaço público, com o apoio do Quadro 3, mapeando-os com registos gráficos, acompanhados por recolha de dados e informação diversa.

##### • Caracterizar os serviços identificados.

Complementar a informação levantada de cada serviço, seguindo as questões:

- **Onde?** Em que local é prestado o serviço?
- **Como?** De que forma é prestado o serviço, mobilizando que elementos físicos?
- **Quando?** É um serviço permanente ou está disponível temporariamente?
- **Quem?** Que utilizadores usufruem de determinado serviço ou o tornam evidente?
- **Quantos?** Quantas pessoas (ou com que intensidade de uso) usufruem de determinado serviço?

QUADRO 3 – MATRIZ DOS SERVIÇOS DO ESPAÇO PÚBLICO



## SERVIÇOS DE SUPORTE

### URBANO DISPERSO, BURGÃES E REBORDÕES (SANTO TIRSO)

Este território é marcado por estruturas de matriz rural suportadas por uma extensiva malha de caminhos, infra-estruturados mais recentemente, a par da introdução das actividades industriais e de uma prática urbanística assente em loteamentos privados. O espaço público é resultado destes diversos processos, garantindo o suporte às actividades que aí decorrem, numa ocupação difusa, frequentemente apresentando uma configuração básica e a ausência de um desenho qualificado.



**Estrada Nacional 105, Rebordões**

Principal eixo de **acesso**, seja como ligação externa, atravessamento ou distribuidor interno



**Rua do Padroeiro, Burgães**

A **provisão infra-estrutural** acompanha a rede viária, diminuindo o nível de serviço à medida que se afasta dos eixos viários principais, com soluções e desenho menos integrados



**Rua de Gatim, Burgães**

A existência de estruturas biofísicas facilita a **regulação ambiental** e garante o **acolhimento** dos elementos naturais (fauna e flora) e de algumas actividades humanas

## SERVIÇOS DE SUPORTE

---

Enquadram e dão suporte à vida urbana e às necessidades mais básicas das populações. São assegurados pelas estruturas físicas naturais ou construídas – o *hardware*.

### ACESSO

Assegura o acesso ao próprio espaço público e a outros espaços construídos ou não construídos. Serviço fundamental e condição para outros existirem.

Podem ser reconhecidos em entradas para espaços edificados, ruas e outras ligações, ...

### PROVISÃO INFRA-ESTRUTURAL

O espaço público é veículo para a instalação de redes de infra-estruturas de abastecimento e recolha: providencia espaço físico e condições de operação.

Podem ser reconhecidos pela existência de redes de distribuição de energia, de comunicações, de abastecimento de água, de drenagem, na recolha de resíduos, ...

### ACOLHIMENTO

O espaço público proporciona o ambiente físico (natural ou artificial), os recursos e as condições para acolher e abrigar elementos naturais e humanos.

Podem ser reconhecidos em estruturas de protecção ou abrigo (naturais ou construídas), nos *habitats* naturais (fauna e flora: hortas comunitárias, árvores, presença de animais, etc.), ...

### REGULAÇÃO AMBIENTAL

Benefícios que decorrem da capacidade de regulação ambiental proporcionada pelas estruturas naturais ou artificiais do espaço público, podendo contribuir para a mitigação de riscos e regulação climática.

Podem ser reconhecidos pela presença de vegetação, cursos de água, soluções de retenção, desvio ou infiltração de água, ...



A estrutura física e natural do espaço público dá suporte às actividades da vida urbana, Viana do Castelo

## SERVIÇOS DE INTERACÇÃO

BAIXA-CHIADO, LISBOA

O carácter central e as diferentes funções que se localizam na Baixa-Chiado atraem vários tipos de utilizadores. Aqui encontra-se uma grande diversidade de serviços de interacção

relacionados com usos comerciais e actividades turísticas e de lazer, alimentadas por diferentes formas de mobilidade e deslocação e apoiadas por mecanismos de gestão e manutenção.



### Largo do Chiado

A oferta variada de **modos de transporte** público corresponde também a um desincentivo da utilização do automóvel e a uma valorização dos espaços dedicados ao peão

### Rua Augusta

A rua como espaço de **trocas** comerciais: nos espaços edificados adjacentes – lojas, restaurantes, ... – e no espaço público – esplanadas, vendedores ambulantes, artistas de rua, ...



### Ribeira das Naus

A frente ribeirinha é um espaço que privilegia o **encontro** e **recreio**, tanto para estadia, relaxamento, como para formas mais activas, como o exercício físico

### Rua do Carmo

A presença de diferentes utilizadores e usos impõe um **controlo** e **gestão** mais exigentes do espaço público – limpeza e manutenção, segurança e regulação

## SERVIÇOS DE INTERACÇÃO

---

Enquadram diferentes formas de interacção entre utilizadores e deles com as oportunidades oferecidas pelo suporte físico do espaço público.

### TROCAS

O espaço público, pela visibilidade e possibilidade de contacto com muitas pessoas, é local privilegiado para comércio e distribuição de bens e serviços. Pode ser reconhecido em trocas e actividades comerciais, permanentes ou temporárias (esplanadas e entradas de lojas, vendas ambulantes, feiras, etc.) e na distribuição de alimentos ou panfletos, ...

### ENCONTRO E RECREIO

O espaço público proporciona espaços e ocasiões para actividades de socialização, recreio e lazer, expressão, manifestação, encontro, confrontação ou, simplesmente, estadia, sejam individuais ou colectivas. Pode ser reconhecido na existência de bancos, esplanadas, parques infantis, campos desportivos, eventos, protestos, ...

### MOBILIDADE

É no espaço público que ocorre a circulação de pessoas e bens. Este serviço é influenciado pelos diferentes modos de transporte e interesses de deslocação.

Pode ser reconhecido nas vias de circulação automóvel, ciclovias, passeios e passadeiras, pela oferta de transporte público, no estacionamento, interfaces, ...

### CONTROLO E GESTÃO

A utilização do espaço público exige segurança e condições de adequabilidade e usabilidade, beneficiando com a gestão, manutenção e regulação das actividades que nele decorrem.

Pode ser reconhecido pela presença de policiamento ou outras formas de segurança, sinais e normas de conduta, vigilância informal, manutenção e limpeza do espaço, ...

## SERVIÇOS DE REFERÊNCIA

---

Enquadram diferentes formas do espaço público servir como referencial para os seus utilizadores. Incluem dimensões intangíveis e de percepção relevantes, que permitem estabelecer relações simbólicas, de identificação, afectividade, que transformam e têm implicações nos usos do espaço.

### IMAGEM

É a partir do espaço público que reconhecemos a imagem da cidade, com base na sua estrutura física permanente, construindo um sentido de pertença e de orientação.

Pode ser reconhecido em paisagens e elementos marcantes (miradouros, arte pública, etc.), em dispositivos de comunicação (sinalética de trânsito ou de informação, publicidade, etc.), ...

### CULTURAL E SIMBÓLICO

O espaço público proporciona a transmissão e manifestação de significados e simbolismos, que contribuem para a identidade e memória dos locais e populações.

Pode ser reconhecido em formas de nomeação e memória (toponímia, património, memorial, etc.), pelo acesso a valores espirituais (santuário, cemitério, etc.), ou culturais, ...

## SERVIÇOS DE REFERÊNCIA

### ESPAÇOS DE MEMÓRIA, BARCELONA

As memórias e significados, conflituais ou consensuais, são elementos intangíveis de sistemas urbanos, que podem ser organizados e comunicados no espaço público e reflectidos em monumentos, rituais e toponímias. Em Barcelona, no conjunto de espaços de repressão fascista encontramos questões da memória, a partir da sua perspectiva cultural, simbólica e de imagem. Tanto no que diz respeito à memória passada do conflito, como na forma como é construída no presente, a memória é recuperada através de conquistas cidadãs e implementação de novos significados.

A transmissão da memória pode ser feita por diferentes dispositivos: os ritos (eventos, aniversários, homenagens), a repetição de sinais ou narrativas (sinalética, roteiros) e várias marcas físicas (toponímia, património, monumentos). Os meios virtuais e informatizados de comunicação constituem-se como novas formas de difusão a partir de bases de dados acessíveis, aplicações digitais e suportes geo-referenciados.



#### **Fossar de la Pedrera**

Espaço memorial dedicado às vítimas da repressão franquista, onde existe uma transmissão de significados de âmbito **cultural** e **simbólico**

PFMPDC<sup>10</sup>



#### **Elementos de sinalização do sistema de memória**

Espaço de repressão franquista, a *Presó de Dones de les Corts* foi fechada e demolida, sem que perdurasse nenhum traço físico da sua existência. Foram concretizadas várias acções de recuperação da memória que foram marcando o lugar através da **imagem** como veículo de transmissão de significados

<sup>10</sup> Imagem gentilmente cedida pela *Plataforma Futur Monument Presó de Dones de les Corts* (PFMPDC).

## DESENVOLVIMENTO

### 3. IDENTIFICAÇÃO DE ACTORES

#### QUEM SÃO OS ACTORES NESTE ESPAÇO PÚBLICO?

A identificação dos actores que estão relacionados com o espaço público permite vincular o processo não só aos juízos e critérios de relevância da equipa de avaliação, mas também a outros actores – utilizadores ou não – que tenham vínculos ou relações com o próprio espaço. Esta identificação garante que se abrangem diversos pontos de vista sobre o espaço público, tornando o processo mais complexo mas também mais próximo da multiplicidade de perspectivas que ocorrem na realidade.

#### O QUE É NECESSÁRIO SABER

- **Quais os actores neste espaço público?**

Identificar os actores que são relevantes no espaço público, tendo em conta a sua utilização actual e futura, com base no Quadro 1 da fase de estruturação.

- **Caracterizar os actores identificados.**

Complementar o levantamento feito com uma caracterização mais profunda de cada actor, seguindo as questões abaixo identificadas. Considerar possíveis alterações ao longo do tempo.

- Que tipos de actores estão presentes?
- Quais os seus interesses e motivações?
- Qual o seu ponto de vista sobre o espaço público?



Diferentes tipos de actores no espaço público: utilizadores de recreio e de lazer, vendedores ambulantes, comerciantes, agentes reguladores, Lisboa, Antofagasta (Chile), Vila Nova de Gaia e Agualva-Cacém

## A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES ENTRE ACTORES

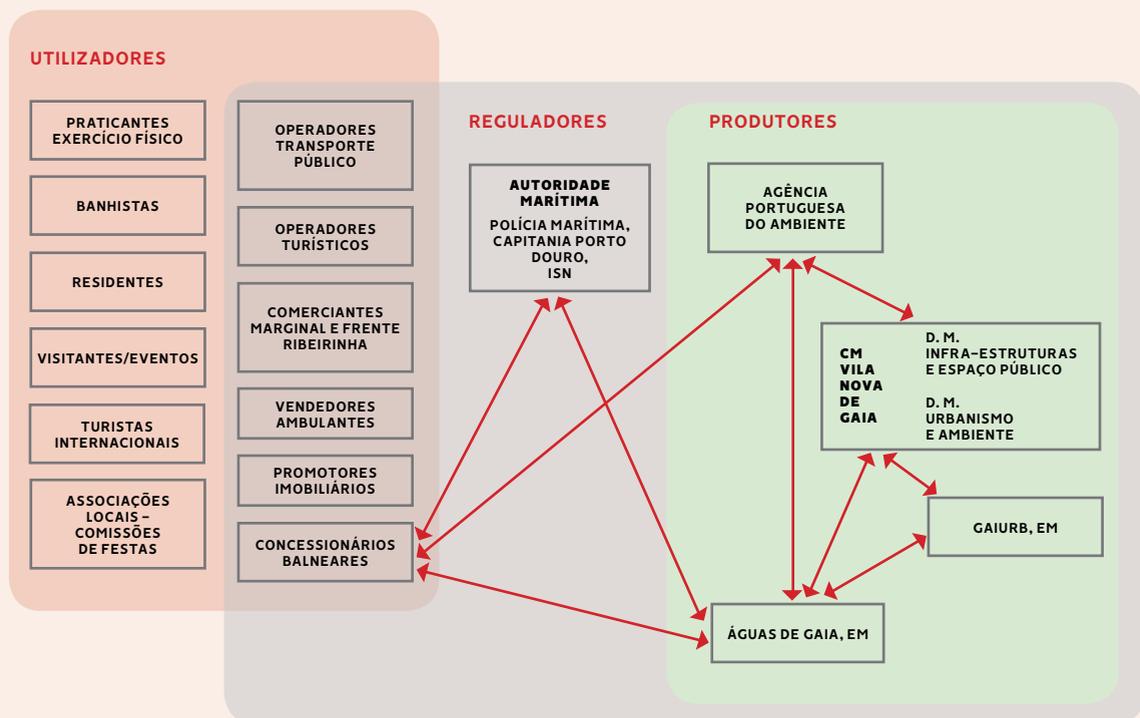
FRENTES DE ÁGUA, VILA NOVA DE GAIA

Os espaços públicos da marginal e das ribeiras de Gaia ilustram como um sistema de espaços públicos pode ter origem num conjunto de actores diversificado e envolver outros tantos na sua utilização e gestão.

Neste quadro, os actores **produtores** e **reguladores** do espaço público têm uma posição de destaque – por exemplo a Câmara Municipal, as empresas municipais e outros actores públicos como a Agência Portuguesa do Ambiente e a Autoridade Marítima Nacional – demonstrando diversas relações de hierarquia e de dependência no que diz respeito às competências e áreas de actuação de cada um.

Do lado dos **utilizadores**, as múltiplas actividades que ocorrem nestes espaços correspondem também a vários perfis de utilizadores: praticantes de exercício físico, utilizadores da praia, turistas, visitantes ou frequentadores de eventos e residentes dos diferentes núcleos, incluindo usos mais tradicionais – a actividade piscatória e a utilização do lavadouro público na Afurada.

Finalmente, as oportunidades económicas presentes nestes espaços justificam a presença de actores que utilizam o espaço numa lógica comercial – comerciantes da marginal e dos espaços turísticos, concessionários balneares ou operadores turísticos – que também regulam a utilização do espaço, tirando benefícios económicos que dele advêm.



Representação esquemática dos diferentes actores e das suas relações

## CATEGORIAS DE ACTORES

---

É possível organizar os actores associados ao espaço público a partir de diferentes grupos, tendo em conta o seu papel e o seu carácter, considerando que um mesmo actor pode exercer mais do que uma função e que poderá estar vinculado a diferentes sectores.

### POR FUNÇÃO

---

#### UTILIZADORES

Aqueles que utilizam o espaço público. Vivem, trabalham, divertem-se, visitam ou prestam serviços nele ou suas imediações. Em geral são os que melhor conhecem e mais beneficiam, directa ou indirectamente, dos benefícios decorrentes.

#### PRODUTORES

Aqueles que desempenham um papel na produção (física) do espaço público. Incluem os que participam na sua construção e aqueles que têm capacidade de influenciar a opinião pública e o processo de decisão.

#### REGULADORES

Aqueles que desempenham um papel no controlo e regulação do espaço público, intervindo no planeamento, licenciamento, fiscalização e/ou gestão destes espaços.

### POR SECTOR

---

#### PÚBLICO

Incluem diversas entidades públicas que têm competências ou que actuam no espaço público.

#### PRIVADO

Actores privados com actuação no espaço público ou beneficiários indirectos do seu serviço.

#### COLECTIVO

Associações ou entidades que representam grupos de actores ou interesses colectivos.

## INTERESSES

---

Proveito ou utilidade que cada actor retira do espaço ou motivações para o envolvimento num determinado espaço público. Os interesses de cada actor podem significar ganhos ou benefícios que advêm do espaço público, mas podem resultar também na forma de reivindicações. Os interesses podem ser individuais ou, pelo contrário, representar motivações colectivas. Em muitos casos os interesses podem ser sectoriais; por exemplo, interesses económicos, políticos ou mesmo funcionais.

## PONTOS DE VISTA

---

Cada actor tem percepções e pontos de vista próprios sobre o espaço público. Frequentemente relacionados com a sua experiência própria, seja de utilizador directo ou não, os pontos de vista ajudam a caracterizar os actores e a recolher a sua interpretação do espaço. Podem incluir aspectos mais factuais (dados, informações, relatos) ou aspectos mais interpretativos ou mesmo opinativos.

## PONTOS DE VISTA E INTERESSES DOS ACTORES

AVENIDA DUQUE DE ÁVILA, LISBOA

São muitos os actores intervenientes na produção, gestão e utilização deste espaço público, evidenciando interesses e perspectivas particulares.

Na produção e regulação destaca-se o sector público – Câmara Municipal e empresas municipais, juntas de Freguesia ou forças policiais – que têm uma lógica de actuação funcional tendo em vista o interesse público.

Com interesse funcional aliado ao económico, encontram-se os proprietários imobiliários, que reconhecem neste espaço uma valorização da sua propriedade, e os comerciantes que o aproveitam, por exemplo, através de esplanadas ou quiosques.

É possível ainda distinguir as **necessidades** e **interesses** de outros utilizadores – residentes, trabalhadores locais ou estudantes, automobilistas, peões e ciclistas – que, sendo diferentes e disputando muitas vezes o mesmo espaço, podem gerar insatisfações ou conflitos.

Em conversa com diversos actores, o jardim do Arco do Cego revelou de uma forma evidente disparidades nos **pontos de vista** na utilização daquele espaço: se uns se apropriam do jardim de uma forma mais livre e despreocupada, outros vêm nesta atitude uma limitação na sua utilização. Em determinados dias da semana, a afluência excessiva de utilizadores mais jovens inibe e afasta outros tipos de utilizadores.



---

### Diferentes momentos do dia no jardim do Arco do Cego

De manhã observa-se uma utilização de baixa intensidade, sobretudo por residentes de mais idade, e actividades de limpeza e manutenção

Aumento da frequência ao longo do dia, com uma maior mistura de utilizadores e de usos:  
residentes, trabalhadores locais  
na pausa de almoço e jovens estudantes  
em actividades de lazer

À tarde observa-se uma maior afluência de utilizadores mais jovens, que fazem deste um espaço de socialização frequentemente associado ao consumo de bebidas

AD

## DESENVOLVIMENTO

### 4. IDENTIFICAÇÃO DO VALOR

#### QUE TIPOS DE VALOR PODEMOS ENCONTRAR NESTE ESPAÇO PÚBLICO?

A identificação dos valores presentes é parte essencial da avaliação de espaço público. Variando entre contextos e perspectivas, o valor está dependente do reconhecimento ou da atribuição de importância por parte de alguém – não decorre apenas de qualidades físicas, mas da forma como os espaços são percebidos. Por isso, é frequente que num espaço se encontrem diferentes valores contraditórios ou conflitantes.

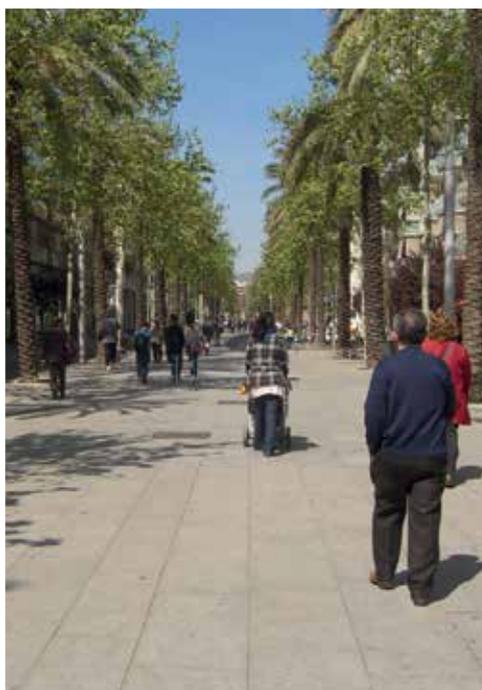
#### O QUE É NECESSÁRIO SABER

- **Quais os valores que estão presentes neste espaço?**

Identificar que tipos de valor podem ser encontrados no sistema (ver Quadro 4). Caracterizar os componentes do espaço que lhe estão vinculados.

- **Quem é que reconhece os valores identificados?**

Os valores identificados podem ser reconhecidos pelos actores ou, mais frequentemente, apenas por alguns. Relacionar os valores identificados com quem lhes atribui importância e reconhece interesse.



Os valores podem ser mais evidentes ou mais inclusivos, mas não deixam de estar presentes, Lisboa e Barcelona

## DA OBSOLESCÊNCIA À REGENERAÇÃO: UM PROCESSO DE VALORIZAÇÃO?

BAIXA-CHIADO, LISBOA

Num processo de mudança, a percepção dos valores é afectada pelas alterações em curso e pelas posições dos actores envolvidos, altamente dependentes do contexto. Desde logo, a regeneração urbana da Baixa e do Chiado pode ser associada a uma **valorização económica**, não só em termos do investimento e valor imobiliário mas também pelo aumento das actividades turísticas e uma presença crescente de um comércio mais globalizado. As práticas sociais e os usos dos espaços são mais intensos, atraindo uma diversidade de utilizadores – o **valor de uso** é crescente, embora não constante.

O **valor de imagem** e o **cultural** são recursos importantes, também eles potenciados em torno das actividades de lazer e turismo, por exemplo, a memória da Lisboa pré-pombalina e a história da reconstrução, a presença de elementos patrimoniais ou referências visuais e paisagísticas relevantes.

Assim, a dominância do lazer, comércio e restauração pode ser excluyente de outras funções (não geradoras de valor económico), dando origem a conflitos ou segregações de determinados utilizadores (residentes ou visitantes) e afastando outras actividades (comércio tradicional e alguns serviços).



### Calçada portuguesa e fachada pombalina

A repetição de determinados elementos urbanos contribuiu para a formação de uma imagem característica



### Rua Garrett

A dinâmica e a intensidade de utilização numa rua de grande oferta comercial

#### QUADRO 4 – TIPOS DE VALOR E EXEMPLOS DA SUA REPRESENTAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

##### VALOR ECONÓMICO

A intervenção no espaço público pode envolver investimentos relevantes e gerar retorno económico, mais-valias e competitividade dos agentes. Não sendo o espaço público em si objecto de troca, o retorno (ou vantagem) do investimento pode traduzir-se na atracção de utilizadores ou de investimento na envolvente, ou gerar eventuais conflitos ou carências de serviço (privatização, gentrificação, etc.).

##### VALOR DE USO

Capacidade que o espaço público tem para satisfazer as necessidades dos seus utilizadores e a sua adequação para o funcionamento da cidade. Manifesta-se na capacidade de acomodar usos e funções (formais e informais) e de servir e acolher utilizadores com necessidade diferentes. A adequabilidade (utilidade) do espaço público ao uso dos seus fruidores pode corresponder a um valor de uso maior, enquanto o conflito o diminuirá.

##### VALOR SOCIAL

Refere-se aos benefícios ou contribuições do espaço público para o bem-estar, satisfação de necessidades colectivas ou desenvolvimento das comunidades. Embora a socialização não dependa exclusivamente do ambiente construído, o espaço público é o pano de fundo onde ela acontece. Aqui podem estabelecer-se oportunidades para a interacção social positiva, activa ou passiva, criando ou reforçando a identidade local e a apropriação dos espaços.

##### VALOR AMBIENTAL

Refere-se à contribuição que o espaço público tem no meio ambiente, em especial a relativa aos sistemas naturais e na redução dos impactos. O espaço público é suporte da interacção com a natureza em várias funções, desde a relevância estética das cidades à redução da poluição. A sua configuração pode incentivar a adopção de comportamentos ambientalmente sustentáveis, promovendo benefícios na saúde pública e para a sustentabilidade urbana.

##### VALOR CULTURAL

Expressa, relacional e fisicamente, a contribuição do espaço público na expressão e construção da identidade e na promoção de uma cultura partilhada por uma comunidade. O carácter aberto e interactivo do espaço público é privilegiado para a expressão da cultura do lugar e da comunidade: usos, práticas, ideias e representações, com um carácter distintivo – a identidade – reflectindo interpretações do passado – herança, património – ou do futuro – aspirações, projectos.

##### VALOR DE IMAGEM

Exprime como o espaço público contribui para a transmissão de uma mensagem associada ao prestígio, reconhecível, distintiva, memorizável e compreensível. O espaço público é lugar de comunicação e expressão, onde diversos significados podem ser representação (imagem) de um valor (ideais estéticos e outros) contribuindo para estimular a identidade e o sentimento de orgulho; ou transformados em processos de comoditização (*branding*).

## VALORES NO ESPAÇO PÚBLICO: COMPLEMENTARES OU CONFLITUAIS?

FRENTES DE ÁGUA, VILA NOVA DE GAIA

Enquanto espaço turístico, com especificidades ambientais consideráveis, este é um território onde podem ser identificados vários valores que coexistem no espaço público e que se podem complementar ou entrar em conflito.

As intervenções de protecção e valorização ambiental permitiram a compatibilização dos **valores ambiental e de uso**, minimizando os impactes negativos que poderiam advir da crescente utilização destes espaços públicos. Este facto traduz-se na diversidade de utilizações, que incluem a baixa intensidade nos espaços ambientalmente sensíveis e, noutros casos, a adequação a cargas mais intensas.

A realização de eventos e a existência de locais de encontro e convívio expressam como o **valor social** está presente ao longo das frentes de água. No entanto, a crescente atractividade dos espaços pode ter efeitos distintos no **valor de uso**: se, por um lado, alguns moradores ou utilizadores evitam a marginal marítima em períodos de grande afluência; por outro, a utilização mais intensa dos espaços da frente ribeirinha do Douro não anula a socialização existente nos núcleos tradicionais.

O **valor económico** manifesta-se na crescente presença de espaços de consumo e na dinâmica imobiliária em torno da praia e das actividades de lazer, que aproveitam os recursos naturais e paisagísticos como **valor de imagem** e de atracção turística.



**Percurso pedonal da ribeira do Espírito Santo**  
A construção do passadiço permitiu a valorização da ribeira para uso recreativo



**Passadiço das praias de Vila Nova de Gaia**  
A salvaguarda do valor ambiental do sistema dunar e a regulação da sua utilização ao longo de toda a orla costeira



**Marginal na praia das Pedras Amarelas**  
Grande utilização da frente marítima pela sua atractividade e diversidade de usos e actividades

# DESENVOLVIMENTO

## 5. ANÁLISE

A partir da identificação dos quatro temas – sistema, serviço, actores e tipos de valor – é possível focar a avaliação nos aspectos essenciais e mais relevantes de interpretação, estabelecendo o quadro de análise específico para o caso em questão. Esta fase consiste na definição dos aspectos mais relevantes a tratar. Os quatro temas essenciais da avaliação são tratados em simultâneo, tentando interpretar as relações e implicações entre eles.

### O QUE É NECESSÁRIO SABER

#### • O que é que é relevante avaliar nesta situação?

Identificar e descrever os aspectos mais relevantes, resultantes do esforço de compreensão das particularidades mais determinantes do sistema de espaço público em questão, tendo em conta:

- Objectivo de avaliação: de que forma é que o objectivo de avaliação pode ser vertido em critérios de análise.
- Expectativas e prioridades definidas pelos actores: que aspectos foram destacados pelos actores que mereçam uma análise mais detalhada.

#### • Analisar a informação recolhida sobre sistema, serviços, actores e valores.

A interpretação do espaço público é desenvolvida tendo em conta questões como falhas relevantes (por exemplo, se há barreiras no sistema ou serviços básicos inexistentes) ou temáticas dominantes (por exemplo, usos do espaço público principais, grupos de utilizadores mais expressivos). A análise deve também responder a critérios específicos (sugeridos no Quadro 5) ajustados à situação concreta (mais detalhados, se mais relevantes, ou eliminados, se irrelevantes). Se possível, a análise deve incluir elementos gráficos e descritivos.

#### • Como se relacionam as diferentes questões identificadas?

Estabelecer relações entre o sistema de espaço público, os serviços, os actores e os seus valores. Este trabalho resultará naturalmente do processo de análise ou exigirá uma tarefa dedicada, podendo ocorrer de uma forma não organizada (por exemplo, discussão informal) ou mais estruturada (por exemplo, matrizes de impactos cruzados).

## CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS PARA UM PARQUE URBANO CENTRAL

### ÁREA CENTRAL DE AGUALVA-CACÉM, SINTRA

A concretização do projecto POLIS, bem como de outras acções associadas, permitiram o reforço da posição de centralidade pretendida. Locais como a avenida dos Bons Amigos, o Mercado e Loja do Cidadão ou o interface de transportes colectivos, são hoje referências para a cidade e os seus habitantes pelas intervenções que sofreram, as suas funções diferenciadoras e **escala de atracção**.

Na fronteira entre os núcleos de Agualva e Cacém, o parque urbano linear constitui-se como um elemento principal de ligação e de **conectividade** entre os sistemas de espaço público, ecológico e paisagístico e infra-estrutural. Enquanto eixo de atravessamento e de distribuição de fluxos, estabelece a continuidade paisagística através da ribeira e a continuidade urbana através dos percursos pedonais. Com grande capacidade de atracção, é um local para a prática desportiva e de outras actividades de lazer, de estadia e de encontro, e como espaço de **interacção** e **diversidade** social, é capaz de aglutinar diversos públicos e gerações pela multiplicidade de utilizações que proporciona. O parque também cumpre o serviço de protecção ecológica perante o risco e o regime de cheias.

Como espaço de referência é consensual, apesar de diferentes actores expressarem opiniões desiguais no que diz respeito à sua (não) utilização. Por exemplo, enquanto comerciantes e outros não utilizadores do parque identificam a insegurança como um problema deste espaço público, os seus utilizadores regulares não reconhecem a relevância dessa questão.



**Avenida dos Bons Amigos**

Eixo de referência comercial e de serviços, gera importantes fluxos de atravessamento e passagem



ACB

**Parque urbano linear**

O "espaço verde" da cidade acolhe diversas actividades e gerações

## QUADRO 5 – CRITÉRIOS DE ANÁLISE

### DIVERSIDADE

Compreender a presença de elementos urbanos, serviços ou utilizadores de espaço público: lógica de mistura ou inclusão.

- Variações formais – nos espaços construídos ou espaços abertos.
- Multifuncionalidade – existência de um *mix* de usos e de actividades.
- Presença de diferentes perfis de utilizadores – idades, estratos sociais, culturas, etc.
- Variedade temporal – eventos, momentos ou ciclos, em que o espaço tem outros significados.

### CONNECTIVIDADE

Compreender as ligações entre componentes, actividades ou actores de um sistema de espaço público.

- Continuidade (física, visual, funcional)  
Ligações entre componentes do sistema e entre serviços prestados (por exemplo, os serviços onde a continuidade é mais premente); componentes de ligação dos sistemas – redes infra-estruturais, paisagem.
- Descontinuidades ou obstáculos  
Barreiras, fragmentação física ou de acesso (por exemplo, acesso condicionado, funções exclusivas, diferenciação social, etc.).  
Ter em conta diferentes tipos de utilizadores.

### DIFERENTES FORMAS DE INTERACÇÃO

Compreender as relações dinâmicas entre componentes, actividades ou actores de um sistema de espaço público.

- Sinergia ou complementaridade  
Diferentes serviços contribuem para a melhor performance de todos, alianças entre actores que se beneficiam mutuamente.
- Conflitos ou dominâncias  
A existência de um ou mais serviços impede ou condiciona a oferta de outros serviços do sistema; áreas de acordo e desacordo entre actores.
- Influência  
Poder de influência ou relações de dependência de actuação.

### ESCALAS (DE ATRACÇÃO/ INFLUÊNCIA)

Compreender a influência espacial dos diferentes componentes do sistema, a capacidade de atracção (de utilizadores) dos diferentes serviços e a influência dos actores no território e entre eles.

- Serviços e componentes capazes de atrair utilizadores:
  - por proximidade (local) ou distância (metropolitana);
  - dentro do sistema/fora do sistema.
- Concentrações de pessoas e espaços de interacção social:
  - que tipo de utilizadores, proveniência, motivação.
- Influência nas dinâmicas de transformação urbana:
  - atracção de novos serviços e usos;
  - novos investimentos imobiliários.

### INTELIGIBILIDADE

Compreender a clareza com que determinado sistema é legível e compreensível, incluindo a sua forma, os seus serviços e o modo como os actores identificados o fazem.

- Coerência formal do desenho e articulação dos espaços.
- Coerência entre os espaços e os serviços associados.
- Reconhecimento pelos actores dos seus próprios sistemas de uso.

## EM TORNO DA DIVERSIDADE: USOS E CONFLITOS

AVENIDA DUQUE DE ÁVILA, LISBOA

A **diversidade** é um atractivo do espaço da avenida Duque de Ávila, seja pelos serviços assegurados ou pelos utilizadores que deles beneficiam, mas pode também ser um problema.

Os interesses e necessidades dos actores envolvidos são diversos, podendo influenciar positiva ou negativamente a experiência de determinados utilizadores.

No caso concreto do jardim do Arco do Cego, encontramos valores sociais e de uso em conflito, uma vez que determinados utilizadores têm alguma reserva ou evitam mesmo a utilização do jardim, pela presença

de outros. Ainda assim, observou-se um certo “compromisso” na utilização do espaço, com diferentes usos a diferentes horas do dia, permitindo uma maior compatibilização.

De forma similar, o espaço pedonal ao longo da avenida é disputado por diferentes utilizadores e usos: os espaços ocupados pelas esplanadas – ao longo da avenida existem pelo menos dezasseis – beneficiam os comerciantes e permitem a socialização, o consumo e a estadia na rua mas diminuem o espaço livre interferindo na circulação pedonal, funcionando em determinadas situações como obstáculos.



### Conflitos observados na avenida

A convivência entre diferentes modos de deslocação pode resultar em usos indevidos da ciclovia e dos passeios, cruzamentos perigosos ou cargas e descargas difíceis. A sinalização, o mobiliário urbano e a ocupação excessiva das esplanadas interferem na circulação pedonal

## SÍNTESE

### REFLEXÃO

Os resultados da análise são apresentados e debatidos tendo em conta a resposta aos objectivos inicialmente definidos. Entre os possíveis resultados podem estar: compreender melhor como o espaço funciona para diferentes utilizadores, identificar áreas de conflito a serem melhoradas e potencialidades a desenvolver, entre outros.

#### O QUE É NECESSÁRIO SABER

- **Sintetizar as questões mais relevantes da análise.**

O trabalho de síntese deve produzir interpretações orientadas para o objectivo, o mais integradas possível, referindo como incorporam o sistema, os serviços, os actores e os valores, identificando:

- Quais os conflitos e problemas encontrados?
- Quais os aspectos a melhorar e qual o potencial a desenvolver?
- Que valores são gerados? Para quem?
- A avaliação deu resposta ao objectivo?



Alguns espaços públicos reclamam uma reflexão sobre o seu potencial futuro, Ribeira Grande

## COMO É O ESPAÇO PÚBLICO NO URBANO DISPERSO?

### URBANO DISPERSO, BURGÃES E REBORDÕES (SANTO TIRSO)

Os espaços públicos nestes territórios de ocupação dispersa não correspondem de forma directa a tipologias nem a uma organização canónica. Pelo contrário, a rede de espaços é resultado de um conjunto de estruturas de diferentes origens, articuladas pelo sistema viário ou pelo sistema ecológico, mas frequentemente não contíguas, com uma provisão de serviços atomizada e difusa:

- o domínio do sistema viário como agregador de funções, garantia do acesso local e das ligações exteriores e suporte das actividades comerciais e serviços nas vias principais, este é o espaço do automóvel, sem preocupações de compatibilização com o peão;
  - a relevância das actividades comerciais, religiosas e recreativas, geradoras de espaços e ocasiões de encontro e recreio, de socialização e realização de eventos;
  - a presença de elementos de carácter rural, como caminhos rurais, fontes e lavadouros antigos;
- espaços “de excepção” e referência como o parque urbano Sara Moreira, desenhado e equipado, com uma escala de atracção concelhia e supraconcelhia, com características únicas e diferenciadoras;
  - espaços “anónimos” gerados por operações de loteamentos, na maioria dos casos sem elementos de qualificação ou carácter significativo.



**Parque urbano Sara Moreira (parque da Rabada)**

Acolhe múltiplos usos: estadia, actividades de recreio e lazer e realização de eventos



#### **Entroncamento em Rebordões**

Pequenos alargamentos são oportunidades para os serviços de interacção e referência

## **FOLLOW-UP**

# **ESTRATÉGIA**

Esta fase aproveita os resultados obtidos para avançar com recomendações. As recomendações podem ser alargadas e dar origem a um raciocínio estratégico, próprio da definição de acções, com a identificação de objectivos para alternativas futuras. Para que as novas iniciativas tenham seguimento, é vital que a rede de intervenientes seja mantida e os avanços partilhados.

### **O QUE É NECESSÁRIO SABER**

- **Que recomendações podem ser feitas para o futuro?**

Listar as recomendações baseadas na aprendizagem realizada ao longo da avaliação.

- **Que estratégias podem ser desenvolvidas a partir da aprendizagem feita?**

Identificar novos objectivos e possíveis alternativas.

Identificar recursos e meios existentes.

- **Como se relacionam os novos objectivos:**

- Com o sistema de espaço público existente?
- Com os serviços de espaço público?

- **Que respostas há aos interesses e valores dos diferentes actores?**



CRPOLIS, UB

A participação de vários actores na construção de uma estratégia, no âmbito do *Projecto de la Cartografías de la Mina*, 2002-2007, Barcelona

## QUESTÕES OU INDEFINIÇÕES PARA UMA ESTRATÉGIA DE CENTRALIDADE

### ÁREA CENTRAL DE AGUALVA-CACÉM, SINTRA

A análise das intervenções em Agualva-Cacém evidenciou um reforço da estruturação urbana, com um aumento dos espaços qualificados. Apesar destes efeitos positivos, verificou-se que a criação de uma nova centralidade ficou aquém dos objectivos estabelecidos (e das expectativas criadas): a ideia de “centralidade incompleta” ficou patente nos discursos políticos de proximidade e nos utilizadores, sobretudo no que diz respeito aos espaços expectantes. Fica, no entanto, em aberto se a conclusão do projecto beneficiaria a resolução dos problemas actuais.

De momento, as acções em curso centram-se na delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) em parte da área de estudo, com linhas de acção estratégias e identificação de parceiros relevantes e na melhoria das ligações externas entre parques urbanos, a partir do sistema ecológico, facilitando conexões de mobilidade suave. Poderão estas intervenções gerar os efeitos positivos para viabilizar o que está em falta?

A possibilidade de novas acções – conclusão do projecto previsto ou novas propostas – exige uma atenção à gestão das expectativas e a conjugação de recursos e meios.

Por um lado, soluções temporárias têm dificuldade em se assumir como definitivas pelas expectativas futuras, sobre as quais há diferentes ambições e perspectivas. Por outro lado, é necessário combinar a disponibilidade política e o investimento público por parte do poder local, com a atracção e interesse do investimento privado (e da procura associada).



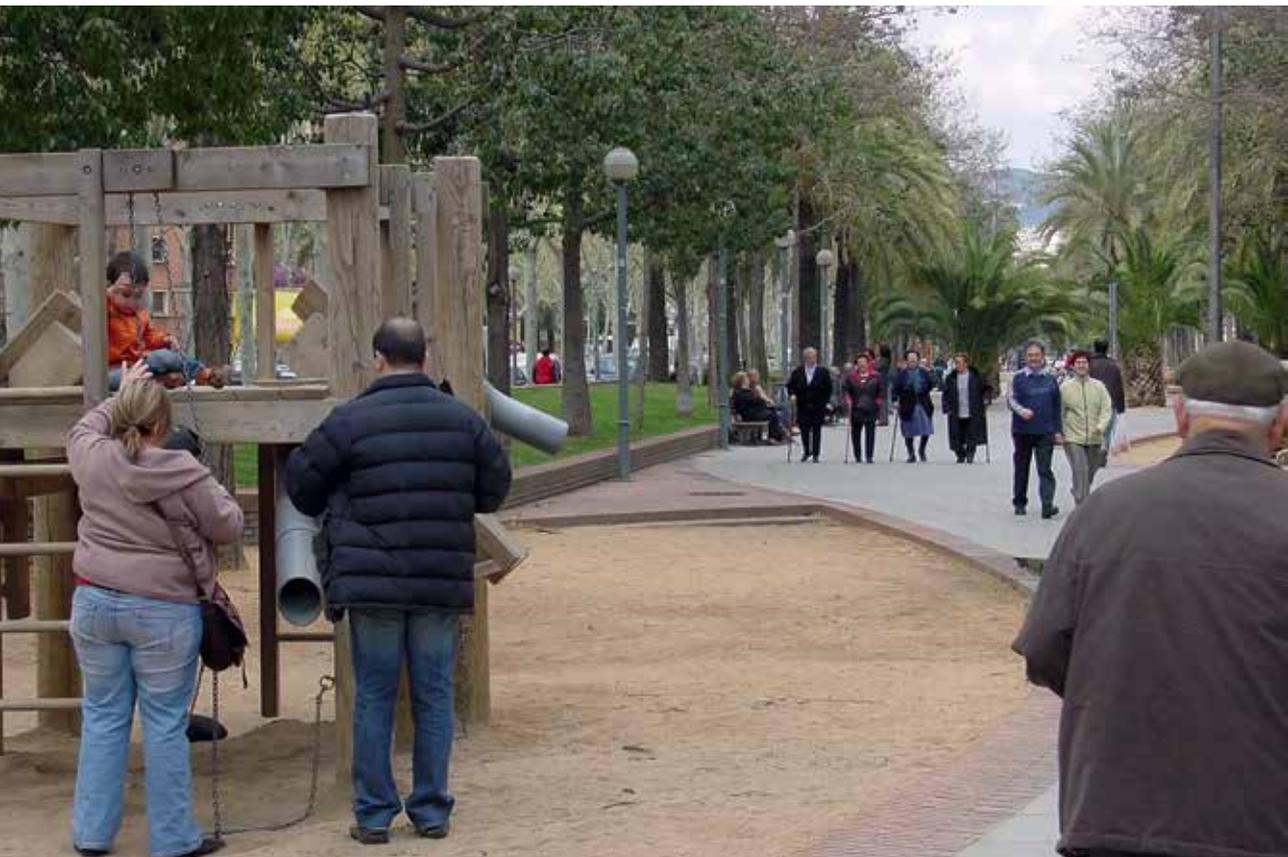
**Parque de estacionamento**

A não concretização de uma parte do projecto levou à adopção de uma solução provisória na ocupação deste espaço



**Rua D. Maria II**

Após a expropriação e demolição de edifícios para a execução do projecto, a falta de investimento privado deixou estes espaços vazios, expectantes



---

O espaço diverso, o uso diverso, a utilização por todos: a construção de espaços com valor, Barcelona

## **PRODUZINDO ESPAÇOS PÚBLICOS COM VALOR**

O método PSSS evidencia as contribuições que o sistema de espaço público tem nos espaços urbanos, reforçando o seu papel como uma rede estruturante, uma organização de serviços fornecidos num espaço comum, de todos os utilizadores e actores, que pode ser interpretado nessa qualidade, com diferentes fins, acessíveis a todos.

Com esta metodologia, não se pretende elaborar uma lista exaustiva de critérios, nem um formulário a preencher, mas oferece-se uma sequência de questões e temas que podem ajudar os diversos actores a pensar e a discutir. Adaptações a cada caso devem ser feitas, seja por critérios práticos, de disponibilidade de recursos e de tempo, ou por pragmatismo quanto ao foco da avaliação, dando primazia ao seu objectivo e contexto.

Da aplicação do PSSS, com abertura e reflexividade, podem decorrer impactos relevantes, integrados em processos de interpretação do serviço do espaço público, tais como:

- diagnosticar os serviços sistémicos do espaço público reais e/ou os seus potenciais benéficos, em diferentes contextos, respondendo às necessidades e aspirações das comunidades;
- apoiar as decisões estratégicas e acções conjuntas sobre espaço público, na gestão e planeamento e na programação de investimentos;
- racionalizar a produção do espaço público e praticar a avaliação *ex-post* sobre as suas metas, expectativas e resultados, gerando *feedback*;
- melhorar a governança integrando as visões partilhadas dos actores em relação às quais haja implicação de valores públicos;
- apoiar um roteiro para políticas urbanas com foco nos valores e serviços do espaço público, na sua defesa e visibilidade.

A transparência, acessibilidade e disseminação dos resultados devem ser garantidas a todos os interessados, não se limitando àqueles que estiveram directamente envolvidos no processo de avaliação. A sua promoção pode fazer-se através dos diferentes meios de comunicação e de uma forma mais directa, criando ocasiões para a reflexividade plural (reuniões, *workshops*, fóruns, redes sociais, ...).

Respondendo aos desafios crescentes que o espaço público nos coloca, nas práticas quotidianas e nas acções estratégicas, as políticas, as práticas e o uso do espaço público estão cada vez mais a afastar-se de uma visão segregada, em direcção a um ambiente urbano mais integrado e interdisciplinar. O PSSS encoraja todos os actores do espaço público, produtores, gestores ou utilizadores, a participarem num processo de interpretação e avaliação de um espaço que, por definição, é de todos. O processo será ele próprio gerador de conhecimento e de valor.



Lugar da vida urbana, o espaço público acolhe a participação de todos, Bolonha



MADRID

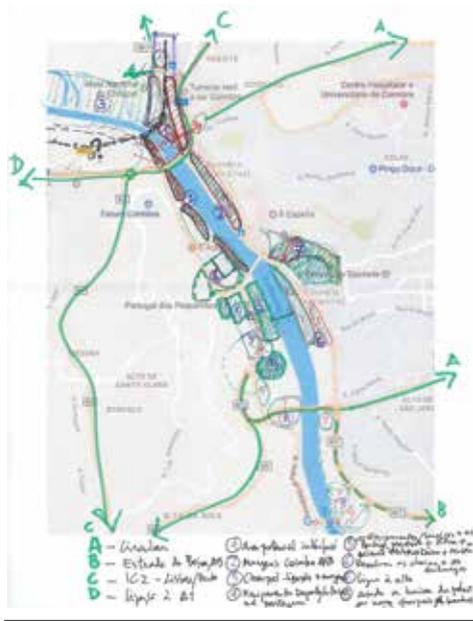
# REFERÊNCIAS DO PSSS

## REALIZAÇÕES DO PROJECTO

No decorrer dos trabalhos de investigação foram realizadas diversas acções de experimentação dos instrumentos de interpretação e avaliação do espaço público, que contribuíram para a forma final do método PSSS.

No segundo semestre de 2017 aconteceram as primeiras experiências:

- a identificação do serviço do espaço público num exercício de análise e diagnóstico de intervenções no espaço público nos bairros de *Baró de Viver* e *Bon Pastor* em Barcelona, por uma turma do mestrado em Desenho Urbano da Universidade de Barcelona;
- uma análise *in situ* orientada pelos conceitos e critérios desenvolvidos – noções de serviço, sistema, valor – baseada em actividades e funções do espaço no passeio ribeirinho de Coimbra;
- a aplicação da ferramenta num contexto da América do Sul em Antofagasta, Chile, reflectindo sobre a relevância dos conceitos de avaliação e sua adaptação a realidades diferentes.



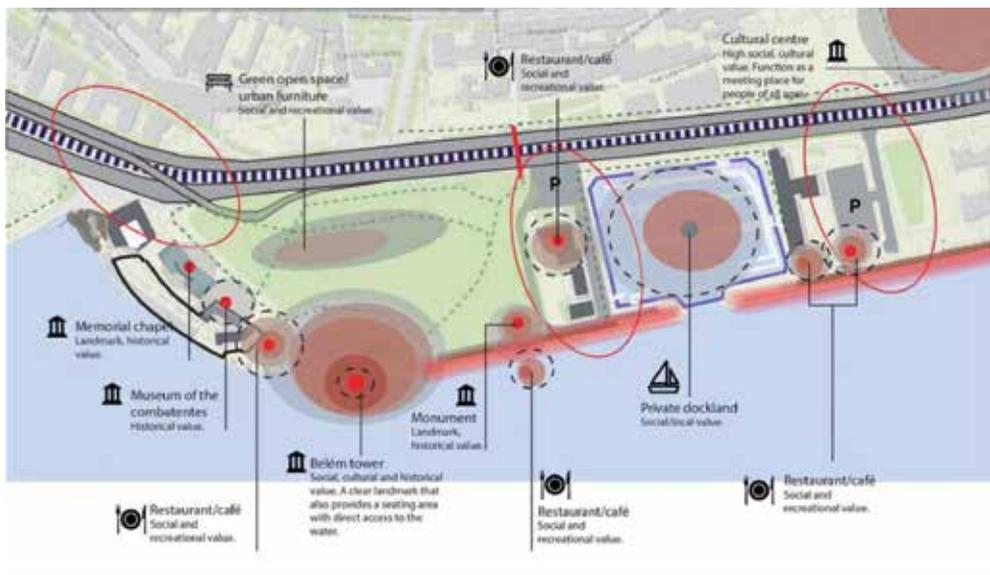
Interpretação dos serviços do sistema de espaços no Parque Mondego, Coimbra Privilegiou-se a avaliação da continuidade e das relações entre este e outros sistemas

No arranque do ano lectivo de 2017/2018 foram lançados exercícios de aplicação prática de partes da metodologia em desenvolvimento:

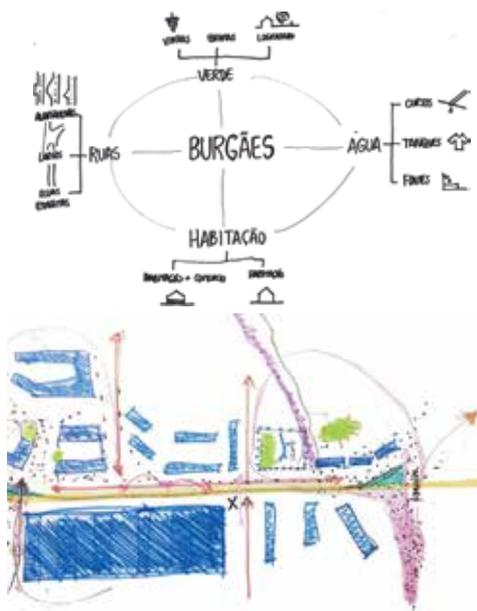
- alunos de Arquitectura (IST) exploraram a transformação do espaço público da avenida Duque de Ávila (Lisboa) a partir das perspectivas dos seus utilizadores, procurando identificar a forma como esta intervenção gerou novos fluxos e ofertas de serviços;
- alunos de Engenharia do Ambiente (IST) aplicaram o conceito de serviço do espaço público numa avaliação de impacto ambiental das obras realizadas no Cais do Sodré (Lisboa);
- alunos do mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território (IST) ensaiaram a construção de métricas de avaliação de desempenho dos serviços do sistema de espaço público na frente ribeirinha de Belém (Lisboa);
- alunos do mestrado em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território (UNL) desenvolveram um exercício de análise e diagnóstico em torno do eixo da linha do Metro Sul do Tejo em Almada, orientado pelos conceitos e critérios desenvolvidos.

Ainda no ano lectivo 2017/2018 foram organizados *workshops* intensivos com alunos:

- No âmbito do Programa Athens, organizado pelo IST para alunos de várias nacionalidades, foi dinamizada uma reflexão interdisciplinar sobre como o espaço público pode ser parte do processo de mudança no caso de Marvila em Lisboa;
- Com organização da Universidade do Porto, os alunos do mestrado de Arquitectura realizaram um teste ao protótipo da metodologia em três áreas distintas: o Metro do Porto, a frente marítima e ribeiras de Vila Nova de Gaia e o povoamento difuso em Burgães (Santo Tirso).



Mapa de análise da envolvente da Torre de Belém (Lisboa) por alunos do mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território (IST)



Esquemas de análise de Burgães e do Metro do Porto por alunos do mestrado de Arquitectura da Universidade do Porto

Visita e discussão do *workshop* do Programa Athens

Foram ainda promovidas acções com interessados no tema do projecto, cujos resultados permitiram aprofundar a reflexão sobre a metodologia de avaliação.

No arranque do projecto foi constituído um painel de *stakeholders*, composto por peritos, técnicos e representantes de autarquias, tendo-se recolhido, em entrevista, interesses e opinião sobre o objectivo essencial da investigação. Mais tarde este painel foi alargado a outros actores (projectistas, utilizadores e representantes de entidades públicas e associações), tendo sido promovida uma sessão de discussão e teste dos conceitos de investigação e da utilidade da ferramenta de avaliação.

Foi também lançado um inquérito *on-line* aberto a toda a comunidade, com o objectivo de recolher opiniões de interessados no tema do projecto com diferentes perspectivas sobre o espaço público.



RP

A rua como eixo principal da vivência e estruturação urbana, Lisboa

## EPISTEMOLOGIA E EPISÓDIOS NAS FONTES DO ESPAÇO PÚBLICO

O pensamento sobre o espaço público é ainda uma narrativa com história recente. Às observações sobre o espaço público faltará ainda um aprofundamento rigoroso da discussão integrada e interdisciplinar para a “revisão” dos processos de produção do espaço, nas vertentes económica, social, morfológica, ideológica, capaz da interpretação dos benefícios e valores de retorno do espaço público.

Das tentativas fora do campo da Arquitectura no século XX (sociólogos progressistas em Chicago no pré-Segunda Guerra) às abordagens dos anos 50 (na crise teórica da Arquitectura Moderna no pós-guerra, nas realizações finais dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna), o tema das centralidades urbanas foi dando origem ao conceito de Desenho Urbano (Sert e Giedion, 1952). Nos anos 60, a nova geração crítica do grupo *Team 10* mostrou que as oportunidades do desenho urbano viriam através da crítica ao Movimento Moderno e não apenas do “regateio” das fronteiras disciplinares entre arquitectos, paisagistas e planeadores.

O conhecimento da vida urbana centrado na vivência no espaço exterior, de Kevin Lynch (1960) e Jane Jacobs (1961), teve aplicação na prática com Alexander (1965), Gehl (1971), Leslie Martin (1972) e Whyte (1980), que foram pioneiros e conduziram uma revalorização da “rua”, dando atenção à sua percepção e vivência, como parte da estruturação urbana. Nesta inflexão, diferentes inspirações teóricas reagiam ao Movimento Moderno e uma nova diversidade veio à tona: de um lado, novas preocupações psicológicas (E. T. Hall, 1969), doutro lado, as ambientais (McHarg, 1969), com reflexos num novo interesse pelo carácter espacial dos contextos, naturais e construídos (Norberg-Schulz, 1980); de outro lado, ainda, a retoma de referências históricas da Arquitectura na Europa (Rossi, 1966; Krier, 1984) e outras com agendas mais políticas (processos participativos de 1960-70) ou nostálgicas (do “novo Urbanismo”), influenciando a consciência de valores públicos do espaço urbano.

Se quisermos fazer o ponto de situação do conhecimento do Desenho Urbano, que Luis Sert cunhou com ligação da teoria à prática, as reflexões sobre as contradições económicas, ambientais e sociais do espaço público, promovidas com base teórica humanística, seguiram linhas estruturais de pensamento: *Production de l'Espace* de Lefebvre (1974), a *Sociedade da Informação* de Castells (1989) ou *Metapolis* de Ascher (1995). A teoria crítica da globalização urbana vinda dos EUA, com Harvey (1990), Sennet (1992), Zukin (1995), entre outros, vem dando sentido estruturante à teoria do espaço público, a partir da economia política do valor urbano, com influência em acções de governos, com políticas urbanas, evidenciando-se na transformação de Barcelona para as Olimpíadas de 1992 (Bohigas, 1985; Borja, 2003) ou, no Reino Unido, a *Urban Renaissance* (sob coordenação de Rogers) e o CABE (1999-2006).



A intervenção no espaço público no âmbito da regeneração urbana, Barcelona

## A PRODUÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO ENQUANTO CITY BEAUTIFUL?

Podemos perguntar: as percepções da qualidade dos espaços são idênticas no critério de todos os actores, de modo a que possamos nelas fundamentar um conhecimento real, amadurecido?

O facto é que vinte anos depois de publicar *A imagem da cidade* (1960), Kevin Lynch fez algo raro na teoria urbana, colocando sob suspeita o conceito de “percepção de qualidade espacial” que ele próprio lançara vinte anos antes apoiado em algumas noções sobre a percepção do espaço (de E. T. Hall) e a importância da sua vivência colectiva. Admitindo ter sido insuficiente a amostra de inquérito em que se baseara... questionou-se:

1. “O que não estava previsto, porém, era que este estudo, cujo objectivo principal era incitar os designers à necessidade de consultar aqueles que vivem num lugar, teve inicialmente um resultado diametralmente oposto. (...), os profissionais estavam impondo suas próprias visões e valores naqueles que eles serviram”.
2. O método não tinha nenhum sentido da dinâmica de desenvolvimento ... as percepções podem mudar no futuro com base na experiência ou na modificação das cidades. Isso alimentou a ilusão dos designers: “que um edifício ou uma cidade é algo que é criado num acto, para durar para sempre” equívoco como questão de valor.
3. “Interessante como este trabalho é, ele trabalha sob a dificuldade de que lugares não são idiomas: sua função primária não é a comunicação de significado, (...)”. Se eles podem ser considerados não apenas como um discurso silencioso sobre o passado ... em sua própria natureza ... o significado poderia trazer resultados mais ricos.
4. “Por último, talvez eu criticasse os nossos estudos originais por eles se mostrarem tão difíceis de aplicar à política pública actual (...) para mudar a maneira como as cidades foram moldadas (...). O projecto de cidade verdadeira – lidando directamente (...) com as pessoas que a sentem – dificilmente existe hoje”.<sup>11</sup>

Interpretação a partir do texto de Lynch, 1984

Mais de trinta anos depois (até hoje), a honesta reflexão intelectual mantém-se mais ou menos incógnita, enquanto o interesse crescente na produção global de espaços públicos se tem ampliado sem que uma avaliação seja feita com foco na sua matriz pública.

Hoje, os atributos de qualidade espacial e ambientes urbanos “vibrantes” dos espaços públicos são representações dominantes de um estilo de vida uniforme (até para as Nações Unidas – *UN Habitat Toolkit*, 2015), com atributos padrão (de lazer, turismo, cultura, imagem, etc.) e gestão cada vez mais baseada em modelos de consumo, traduzidas em imagens globais de qualidade de vida, representação de valores “colonizados” que, salvaguardada a distância, lembram as *City Beautiful* que, do século XIX para o XX, se afirmaram como parte da eclosão dos “novos mundos”.

<sup>11</sup> Tradução livre dos autores. No original: *What was not foreseen, however, was that this study, whose principal aim was to urge on designers the necessity of consulting those who live in a place, had at first a diametrical opposite result. (...), professionals were imposing their own views and values on those they served. (...) that a building or a city is something that is created in one act, then to endure forever (...). Interesting as this work is, it labors under the difficulty that places are not languages: their primary function is not the communication of meaning, (...). Last, perhaps I would criticize our original studies because they have proved so difficult to apply to actual public policy (...) to change the way in which cities were shaped (...). True city design – dealing directly (...) in collaboration with the people who sense it – hardly exists today.*

## BIBLIOGRAFIA

- Alexander, C. (1965). "A city is not a tree". In Tiesdell, S. & Carmona, M. (eds) (2007). *Urban Design Reader*. Oxford: Elsevier, Ltd.
- Ascher, F. (1995). *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Bohigas, O. (1985). *Reconstrucció de Barcelona*. Barcelona: Edicions 62.
- Borja, J. (2003). *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial.
- Brandão, P. (coord.) (2008). *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva — Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Brandão, P. (coord.) (2002). *O Chão da Cidade: Guia de avaliação do design de espaço público*. Lisboa: Centro Português de Design.
- Carmona, M. (2010). "Contemporary Public Space, Part Two: Classification", *Journal of Urban Design*, 15(2), 157–173. DOI: 10.1080/13574801003638111.
- Carr, S. et al. (1992). *Public Space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Castells, M. (1989). *The informational city: information technology, economic restructuring, and the urban-regional process*. Oxford: Blackwell.
- Gehl, J. (1971). *Life between buildings: using public space*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Hall, E. T. (1969). *The hidden dimension*. Garden City, New York: Anchor Books.
- Harvey, D. (1990). *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford England; Cambridge, Mass., USA: Wiley-Blackwell.
- Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House.
- Krier, L. (1984). *Léon Krier: Houses, Palaces, Cities*. (D. Porphyrios, Ed.). London: Architectural Design Editions.
- Lefebvre, H. (1974). *La Production de L'espace*. Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H., Kofman, E., & Lebas, E. (1996). *Writings on cities*. Cambridge, Mass, USA: Blackwell Publishers.
- Lynch, K. (1960). *The Image of the City*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Madanipour, A. (Ed.). (2010). *Whose Public Space?: International Case Studies in Urban Design and Development*. London: Routledge.
- Madanipour, A. (2006). "Roles and Challenges of Urban Design", *Journal of Urban Design*, 11 (2), pp. 173-193. DOI: 10.1080/13574800600644035.
- Martin, L. (1972). "The grid as generator". In Tiesdell, S. & Carmona, M. (eds) (2007). *Urban Design Reader*. Oxford: Elsevier, Ltd.
- McHarg, I. L. (1969). *Design with nature*. New York: The Natural History Press.
- Norberg-Schulz, C. (1980). *Genius loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli International Publications.
- Portas, N. (1998). "A Emergência do Projecto Urbano", *Revista Urbanística*, 110.
- Portas, N., Domingues, Á., & Cabral, J. (2011). *Políticas Urbanas II: Transformações, Regulação Projectos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N., Domingues, Á., & Cabral, J. (2007). *Políticas Urbanas: Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rossi, A. (1966). *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Sennett, R. (1992). *The Conscience of the Eye: The Design and Social Life of Cities*. New York: W. W. Norton & Company.
- Sert, J. L. (1952). "Centers of Community Life". In Tyrwhitt, J.; Sert, J. L. & Rogers, E. N. (eds). *The Heart of the City: Towards the Humanism of Urban life*. New York: Pellegrini & Cudahy, pp. 3-16.
- UN-Habitat (2015). *Global Public Space Toolkit: From Global Principles to Local Policies and Practice*. Nairobi (Kenya): UN-Habitat.
- Whyte, W. H. (1980). *The social life of small urban spaces*. New York: Project for Public Spaces.
- Zukin, S. (1995). *The cultures of cities*. Oxford: Blackwell.

## FICHA DO PROJECTO

### PSSS – VALOR DE SERVIÇO DO ESPAÇO PÚBLICO COMO SISTEMA URBANO. UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INTEGRADA

<b>INVESTIGADOR PRINCIPAL</b>	<b>Pedro Brandão</b>
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>	Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e o Desenvolvimento (IST-ID)
<b>INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE</b>	Universitat de Barcelona
<b>UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO</b>	CERIS Engenharia Civil – Investigação e Inovação para a Sustentabilidade Centre de Recerca POLIS, Universitat de Barcelona
<b>FINANCIAMENTO</b>	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
<b>EQUIPA</b>	<b>Ana Brandão, Ana Ferreira, Filipe Moura, Jorge Baptista e Silva, Jorge Gonçalves, Pedro Brandão, Teresa Heitor</b> CERIS Engenharia Civil – Investigação e Inovação para a Sustentabilidade, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa <b>Maria do Rosário Partidário</b> Centro de Estudos de Gestão, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa <b>Antoni Remesar, Bartolomeu Vidal, Eduardo Gutierrez, Marien Ríos, Núria Ricart</b> Centre de Recerca POLIS, Universitat de Barcelona <b>Nuno Travasso</b> Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto <b>Sofia Águas</b> Universidade Lusófona de Lisboa
<b>CONSULTORES</b>	<b>Ali Madanipour</b> School of Architecture, Planning & Landscape, Newcastle University <b>Margarida Pereira</b> CICS.NOVA Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa <b>Paulo Farinha Marques</b> Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto <b>Sergi Valera</b> Grupo de Investigación en Psicología Social, Ambiental y Organizacional, Facultat de Psicologia, Universitat de Barcelona <b>Teresa Andresen</b> Arquitecta Paisagista
<b>OUTRAS COLABORAÇÕES</b>	Abdon Dantas, Ana Bragança, Angélica Rigo, Maria Matos Silva, Paulo Cambra, Rita Negrão, Teresa Prudêncio



## AGRADECIMENTOS

Às pessoas e entidades que generosamente colaboraram e disponibilizaram informação indispensável à realização desta publicação.

Ao painel de *stakeholders* constituído por Ana Roxo, António Trigo Teixeira, Carlos Marques da Costa, Conceição Melo, Firmino das Neves, Hilário Castro, Inês Drummond, Leonor Cintra Gomes, Luís Pedro Cerqueira, Manuel Cordeiro, Pedro Gomes, Ricardo Ferreira, Robert Stüssi, Rute Lima, Sofia Mourão e Tiago Wright Araújo, pelo acompanhamento e sugestões efectuadas ao longo do projecto.

Às câmaras municipais de Lisboa, Santo Tirso, Sintra e Vila Nova de Gaia, juntas de freguesia das Avenidas Novas e de Agualva, empresas municipais Gaiurb e Águas de Gaia, técnicos e projectistas que colaboraram na realização dos casos de estudo, pelo conhecimento e tempo despendido.

Aos alunos e professores envolvidos nos diversos exercícios e *workshops* realizados, e às restantes pessoas que colaboraram na sua organização, pelo seu entusiasmo e dedicação.



BARCELONA

Esta publicação foi desenvolvida no âmbito do projecto de investigação “Valor de serviço do espaço público como sistema urbano – PSSS *Public Space’s Service System*”. O projecto propõe uma metodologia de avaliação para identificar o valor aportado pelo espaço público – o serviço – em diferentes situações e contextos, admitindo a sua subjectividade e as várias perspectivas dos seus actores.



**CERIS** : Investigação e Inovação  
em Engenharia Civil para  
a Sustentabilidade



**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

